

Conselho Indígena do Vale do Javari – CIVAJA
Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da
Amazônia Legal – PPTAL

INSTITUTO	SOCIOAMBIENTAL
data	07/01/99
cod.	ΦFD 00065

Oficina de Trabalho

ENCONTRO DOS ALIADOS

Demarcação da Terra Indígena Vale do Javari



Hotel Ariaú, Manaus, 28 e 29/out e 1º/nov de 1998

Oficina de Trabalho “Encontro dos Aliados”

1. Identificação

Data:	29 e 30 de setembro e 1º de outubro/98
Local :	Hotel Ariaú (Manaus, AM)
Promoção:	CIVAJA/ PPTAL
Participantes:	vide lista em anexo
Moderadora:	Mara Vanessa Fonseca Dutra
Objetivo:	Subsídios à proposta técnica e ao acompanhamento pelos índios da demarcação da Terra Indígena Vale do Javari

2. Antecedentes

A demarcação da Terra Indígena Vale do Javari é uma antiga reivindicação dos índios daquela área. Depois de 25 anos de pressão, o processo de demarcação foi efetivamente deflagrado e deve concretizar-se com recursos do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal - PPTAL, parte do Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras - PPG-7.

Foi feita a proposta técnica de delimitação da área e o próximo passo é a assinatura da portaria de delimitação (portaria declaratória) pelo Ministro de Justiça. A partir dessa portaria, inicia-se o processo físico de demarcação.

Com as experiências acumuladas das demarcações já realizadas pelo PPTAL, a questão da participação dos índios no processo vem tomando formas diferentes e abrindo novas perspectivas.

Para discutir sobre essa participação - como poderia ser o acompanhamento indígena da demarcação - e para saber com o que se poderia contar de cada instituição envolvida na área do Vale do Javari, o

CIVAJA (Conselho Indígena do Vale do Javari) solicitou ao PPTAL a realização desse encontro, chamado de "Encontro dos Aliados".

3. Abertura

O presidente do CIVAJA, Cloves Rufino Reis, abriu o Encontro dando as boas vindas e agradecendo a presença de todos. Em seguida, convidou o Chefe de Gabinete (representando o Presidente) da FUNAI, Celso Carelli, o representante do IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas), Romeu Nogueira, o Coordenador do PPG-7, Luís Carlos Joels e o Coordenador do PPTAL, Artur Nobre, para comporem a mesa.

O Chefe de Gabinete da FUNAI falou, em nome do Presidente, elogiando a atuação do PPTAL nas demarcações e enfatizando a responsabilidade da FUNAI em sensibilizar e envolver a sociedade nacional no que diz respeito à questão indígena. Disse que as comunidades indígenas recebem impactos de que não têm como se defender e que o trabalho da FUNAI só será possível com o apoio de todos os organismos envolvidos, numa atitude de transparência e de comunicação, para que todos possam "caminhar juntos com a comunidade indígena".

O representante do IPAAM afirmou que o tema da demarcação do Vale do Javari é de interesse do Estado do Amazonas, que não vai estar ausente. Deixou uma mensagem otimista dizendo que "estamos confiantes no sucesso".

O Coordenador do PPG-7 lembrou que o PPTAL é um dos mais importantes projetos do Programa Piloto, que dará apoio incondicional a todo o processo de demarcação da Terra Indígena Vale do Javari. "Que este trabalho seja um exemplo de cooperação entre povos indígenas, governos estadual e federal e parceiros nacionais e internacionais".

O Coordenador do PPTAL situou este encontro como um momento para marcar o início de parceria ampla entre as comunidades indígenas do Vale do Javari, a FUNAI/PPTAL e as diversas instituições governamentais e não-governamentais envolvidas, com o objetivo de demarcação e proteção da

Terra Indígena Vale do Javari. Esta área é uma das mais importantes, por congrega grande diversidade étnica, cultural e biológica. Falou que o processo de demarcação está previsto para terminar dentro de um ano, ou seja, a perspectiva é de que a área já esteja efetivamente demarcada até setembro/outubro de 1999. O Ministro da Justiça já recebeu a proposta da FUNAI e a portaria declaratória da área deve sair rapidamente. Por isso, é necessário articular as instituições que estarão envolvidas no processo, especialmente considerando que há interesses contrários, para que se possa demarcar a área sem atropelos. Pensando nisso, o CIVAJA identificou seus possíveis aliados e convidou-os para esta reunião. "Que a participação seja efetiva, com os índios assumindo a condução do processo".

Finalmente, foi exibido o vídeo institucional do PPTAL (versão preliminar), que mostra alguns processos de demarcação com a participação das comunidades indígenas.

4. Apresentação dos participantes/programa

Cada participante disse seu nome, a instituição que representava e a sua expectativa em relação a este Encontro. Os nomes e instituições podem ser conferidos na lista de participantes (em anexo), da qual não constam apenas Luís Carlos Joels, Coordenador do PPG-7, o representante do IBAMA de Manaus (substituído no segundo dia pelo Superintendente Regional, Hamilton Casara), Roberto Smeraldi (Amigos da Terra) e Benedito Rangel de Moraes, Administrador Regional da FUNAI em Manaus. Essas pessoas tiveram que deixar o encontro ainda no primeiro dia.

Quanto à expectativa, em geral os participantes esperavam conhecer mais sobre a demarcação da área Vale do Javari e demonstrar o apoio de suas respectivas instituições a esse trabalho. Alguns dos representantes do CIVAJA deixaram claro que queriam conhecer a experiência dos que já haviam passado por essa situação e levantar idéias que poderiam ser boas para a área do Javari. Interessante registrar uma frase dita pelo coordenador do PPG-7 e reiterada pelo representante do IPAAM _ "quero continuar podendo ser chamado de aliado".

O objetivo do Encontro e o programa foram apresentados ao grupo e estabelecidos os horários de trabalho (de 7:30 às 12:30, com intervalo de 15 minutos para café, às 10:00h; retorno às 14:00, encerramento às 18:00, com café às 16:30h).

Objetivo

Subsídios à proposta técnica e ao acompanhamento da demarcação da Terra Indígena Vale do Javari.

Programa		
1.º dia	2.º dia	3.º dia
ABERTURA APRESENTAÇÃO PROGRAMA	PROPOSTA DAF DEBATE	CONCLUSÃO DOS DEBATES
CIVAJA: OS POVOS DO VALE DO JAVARI E O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO	CIVAJA: PROPOSTA DE ACOMPANHAMENTO	MATRIZ DE POTENCIAL DE COOPERAÇÃO
FOIRN, ISA E UNIACRE: DEMARCAÇÕES RIO NEGRO E PURUS	DEBATE	AVALIAÇÃO ENCERRAMENTO
INFORMES (10M) - PROBLEMAS - POTENCIAIS		

5 O processo

5.1. Informes

1.CIVAJA

O presidente do CIVAJA, Cloves Rufino Reis, falou sobre o histórico do movimento indígena no Vale do Javari e depois Darcy Duarth Comapa complementou com a questão do narcotráfico e os problemas de segurança da área:

CIVAJA

Área interditada pela FUNAI (1985).

Jovens discutiam tamanho da área e como seria uma organização.

Invasões constantes, mesmo com interdição.

Demarcação: o que é? como fazer?

Decisão: área contínua / fazer união (não fazer demarcação por partes, como foi a primeira idéia dos Marubo).

Discussões entre lideranças tradicionais e jovens

1991: reunião em Manaus (Mayoruna, Marubo, Kanamari)

Fazer um grupo para pressionar FUNAI e divulgar a idéia

1992: fundado o CIVAJA

Etapas: articular/unir forças com lideranças indígenas para demarcação

Maior revolta: engano. Em quem acreditar? Lideranças não viam resultado

Importância da COIAB para pressionar a demarcação.

Trabalho de conscientização com as comunidades

Problemas com madeireiros/narcotráfico/ manifestação contra o CIVAJA

Abril/98 – encontro de lideranças indígenas. Proposta: aliança entre povos indígenas e ribeirinhos.

Aliança – 1.º Encontro dos povos ribeirinhos, com apoio do CIVAJA

Viagens: muitas comunidades sabem e estão esperando a demarcação

Comunicação – onde tem e onde não tem acesso (informação em relatório do CIVAJA)

Como trabalhar? Pontos para plano de trabalho devem sair desta reunião, com união de todos.

Segurança:

É necessário criar Posto de Vigilância (controlar entrada de pessoas que depredam recursos naturais)

Contrabando

Questão do narcotráfico

Área de limite internacional

Madeira e cocaína passam sem fiscalização

Os "donos" das áreas não moram lá (dizem que são donos)

Operação de saída de droga (Polícia Federal, com apoio do CIVAJA) foi frustrada/ CIVAJA ficou visado/ índios ficaram ameaçados

Equipamentos abandonados pelo narcotráfico dentro da área

As entradas principais estão abertas sem fiscalização

Opção: tentar apoio junto ao Comando Militar da Amazônia

"Nós, sendo brasileiros, como vamos ficar com medo dos colombianos dentro de nossa área?"

FUNAI proíbe a entrada em área indígena, mas tudo que é ilegal entra e sai de lá: cocaína, madeira, tracajá, etc.

Já houve denúncias ao IBAMA, mas nada foi feito.

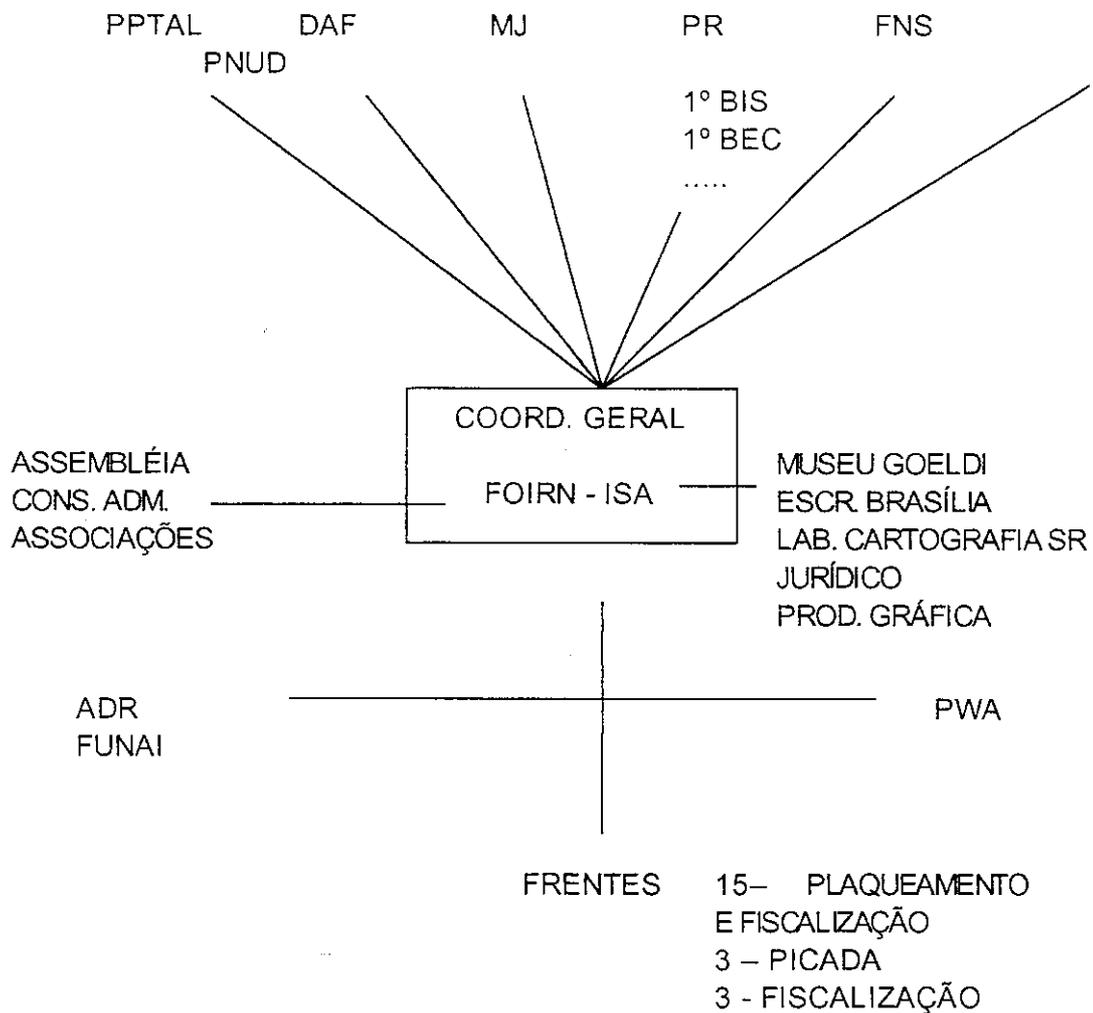
O trabalho de união entre índios e ribeirinhos é importante para que não se deixem enganar por políticos corruptos

Este Encontro é importante para ampliar as alianças.



2. ISA/FOIRN : A DEMARCAÇÃO DO RIO NEGRO

Em seguida, houve a apresentação da FOIRN e do ISA, sobre a demarcação do **Rio Negro**. O esquema de coordenação/ organização do trabalho pode ser entendido através da seguinte visualização:



Este esquema foi utilizado para demonstrar como funcionou a parceria FOIRN/ISA, quem entrou com o quê, com o quê já se contava ao iniciar o trabalho, que contatos institucionais havia que fazer (articulação – aparecem alguns exemplos, na verdade mais instituições tinham que estar constantemente articuladas pelo projeto) e como foi dividido o trabalho das frentes. A maior parte destas (15) foram as de plaqueamento e fiscalização, porque o trabalho maior foi o de disseminar e discutir com todas as comunidades a demarcação.

Pedro Garcia, representando a FOIRN, falou sobre os problemas que ficaram depois da demarcação, alertando para a importância de um levantamento fundiário atualizado da área a ser demarcada; o representante do ISA acrescentou outras informações:

- FUNAI não atualiza informações/relatórios
- As invasões e presenças de não-índios, que fazer? (não apareciam no momento da delimitação)
- 12 organizações indígenas deram um prazo para a retirada dessas pessoas/a FUNAI não se manifesta
- Organização para a demarcação: frentes de trabalho
- Limite Brasil-Colômbia: só marcos de fronteira
- Fatores que dificultam a execução do planejamento: o clima (rios não estavam navegáveis conforme previsto) e a mata fechada na hora de trabalhar na linha seca.
- E o "buraco" que ficou sem demarcar, entre o Parque Nacional e a Terra Indígena? Idéia: ampliar o Parque do Pico da Neblina para fechar
- demarcação: 12 meses de trabalho arduo
- parceria c/ ISA: local, Brasília e São Paulo
- etapas: dividir as equipes de trabalho, programar atividades, distribuir tarefas. A Coordenação geral ficou a cargo do ISA e FOIRN. A Coordenação Operacional ficou toda com a FOIRN. Cada frente de trabalho contava com um coordenador.
- para simbolizar a demarcação: placas, marcos, camisetas, bonés, e 500 mapas plásticos distribuídos a todas as comunidades e instituições
- consolidação da demarcação/elaboração de plano de fiscalização e vigilância: foi feito um levantamento da produção/potencial econômico da região (questionário feito quando da distribuição dos mapas)
- Necessidade atual: apoio para desenvolver projetos de proteção e fiscalização (Só com a demarcação não há garantia)
- questão de fronteira: não há fiscalização, como fazer?
- Os problemas que não foram vistos antes permanecem (invasões, pescadores, etc)

- *Importância dos contatos institucionais e da difusão da informação: reduzir o espaço da manipulação em cima da desinformação. Informação é o melhor meio de trabalhar contra a fofoca*
- *A fiscalização da demarcação deve ser feita em tempo real, não depois*
- *Demarcação é mudança de cultura de limites e essa cultura deve ser construída*
- *Poder de polícia em áreas de fronteira e áreas demarcadas: a ser resolvido, é um ponto crucial e ainda não está definido quem é o interlocutor, há um vazio institucional. (Futuro Ministério da Defesa ?).*

Esquema das etapas de demarcação do Rio Negro e os recursos (materiais e financeiros) utilizados:

- Condições prévias
 - 25 anos de reivindicações
 - GTs
 - Consolidação da FORIN
 - Parcerias
 - Rede de comunicação e transporte
 - Infraestrutura em SGC
 - Banco de dados em SIG
- Formulação e negociação do projeto
 - Normas técnicas
 - Contrato
- Execução da demarcação – homologação
 - Sistema de gestão (ponto positivo) – visualizada no primeiro quadro
 - Pontos negativos:
 - Demora dos equipamentos e desembolsos
 - Fiscalização da empresa
 - Divisão da geodésica e topografia não funcionou!
- Plano de proteção e fiscalização
 - Levantamento
 - Formulação
 - Priorização
 - Negociação

Recursos

21 frentes	2 + 4 voadeiras
57 km de linhas secas	3 + 3 motores
60 placas de metal	12 mil litros gasolina
500 mapas plásticos	240 entrevistas comunitárias
camisetas/bonés	7 + 23 rádios
mapão	
wayuri	
programas de rádio	
Total \$ PPTAL: +/- 650.000,00	

3.UNI- Acre

- *O trabalho foi de preparação das comunidades para fazer demarcação direta*
- *demora/não liberação do recurso no tempo previsto*
- *demarcação foi feita por empresa, sem participação das comunidades (não houve a demarcação direta, como era previsto antes)*
- *houve acordos para redução/redefinição de partes da área (nas comunidades)*
- *houve região em que o pessoal só viu o helicóptero passar por cima/só ficou sabendo depois que a área foi demarcada*
- *a comunicação é importante*
- *em Pauini, o prefeito, na avaliação, nem sabia que a área havia sido demarcada*

4. AMIGOS DA TERRA

- *Objetivo do trabalho: instalação de rede de rádio comunicação*
- *Coloca à disposição o levantamento de informações sobre a área (realizado)*
- *Condições para o trabalho de demarcação/proteção da área: coleta de informações junto às comunidades, para consolidar a participação indígena. Possibilidade: usar a rede de rádio para preencher fichas semanais com informações úteis.*
- *Gestão de recursos naturais: desenhar estratégia de uso dos recursos naturais (mapear uso da área, acrescentando informações de mercado local/regional, no Brasil e na Colômbia)*
- *Treinar pessoal para fazer esse levantamento (monitoramento semanal do uso dos r.n.)*
- *Incorporar o SIVAM na proteção da área, inclusive para ajudar no problema técnico de manutenção da rede (possibilidade de convênio/parceria para troca de informações).*
- *Realizar zoneamento interno da área (por bacia)*
- *Possibilidade das redes de rádio se interligarem*
- *Pode contribuir com treinamento e outras demandas*
- *Deve-se avaliar as experiências em redes de comunicação em outras áreas como Médio Purus, Tumucumaque, etc.*

- *Rangel: preocupação com o banco de dados: biopirataria – como fica o acesso às informações?*
- *Resposta: os interessados ainda devem pensar na questão (como regulamentar)*
- *O enfoque é de uso dos recursos naturais pelos índios/é para servir a eles*
- *Localização da rede de rádios: (vide informação no mapa temático da área, produzido ao longo do Encontro, e que localiza, entre outras coisas, os rádios)*
- *CIVAJA: Há necessidade de ampliar a rede de rádios para pelo menos mais três comunidades Kanamari. O Posto de Eirunepé precisa ter contato com o CIVAJA, está abandonado e precisa ser reativado e subordinado a Atalaia do Norte.*

5. PASTORAL INDIGENISTA DO ALTO SOLIMÕES

- Deve-se aprofundar alianças com os ribeirinhos
- Já há algum tipo de apoio das famílias ao narcotráfico
- O governo deveria acenar com alguma alternativa para a população ribeirinha
- CIVAJA se expôs muito/há ameaças reais
- Aliança com os ribeirinhos: posse das terras que ocupam
- É necessário investir em algum projeto (PDIA?) para ribeirinhos
- Criação do GTA-Solimões (18 entidades)
- GTA pode ajudar na divulgação da demarcação
- Possibilidade: "Encontro das Águas" (Brasil, Peru, Colômbia) para pesca
- Reativar Campanha do Javari – fator de pressão
- Estudos ambientais do Javari devem ser feitos
- Agentes IBAMA e PF na região: problemas (acordos ilegais, desmoralização)
- Madeira e peixe saem ilegalmente da área indígena e passam "legalmente" a fronteira (com documentação peruana, mas é barco brasileiro)
- Fonia (FUNAI, CIVAJA, etc) é controlada.

6. OPAN

- Kanamari do Jutaí e Kulina
 - Viagem do bispo de Tefé aos Kanamari e Kulina – CIVAJA poderia ir junto
 - Idéia de anexar nova área pode "empatar" a demarcação (Kanamari do Matrinchá)
 - Falta antropólogo entregar relatório da área
 - Fonia na aldeia Queimada deve ser instalada até o final do ano
 - Deve existir atuação mais efetiva da FUNAI em Eirunepé
 - Os Kanamari estão interessados em apoiar na picada próxima deles
- Rangel: deve-se instalar Posto de Vigilância no Rio Jutaí, para limite leste não ficar sujeito a invasões.

7. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FNS)

- Cobertura vacinal: Por barco e por helicóptero (todas as aldeias). Atinge 90% da população acima de 1 ano. Não atinge nem 40% das crianças menores de 1 ano.
- Há casos de febre amarela, incidência no Peru e na Colômbia. É necessário a vacinação de quem for trabalhar na área.
- A malária é endêmica na área e isso pode comprometer a demarcação. (1994 – ano negro, com óbitos. 1998 até julho: mais de 700 casos).
- Há índios korubo com malária (detectados 5 casos). FNS quer mais contato com frente de atração – como trabalhar? A FNS fará um cinturão de proteção epidemiológica para proteger os Korubo.
- Fez planejamento participativo para a área e trabalha em parceria
- Necessita assessoria antropológica

Pergunta (Artur): há como "prevenir", saber se o trabalhador que vai para a frente de demarcação tem malária?

Resposta: já se faz com a Petrobrás/também foi feito no Waimiri-Atroari (BR 174)

A FNS entregou seu cronograma de atividades, um organograma setorial de seu trabalho e uma série de gráficos com informações sobre a área. Esses documentos estão anexados a este relatório.

8. MÉDICOS SEM FRONTEIRA

- *Treinamento agentes indígenas de saúde*
- *Objetivo: criar uma rede de agentes indígenas de saúde.*
- *MSF: projetos de até 5 anos. Comissão interinstitucional deve assumir a seqüência. É preciso criar um sistema que permaneça quando o projeto termine.*
- *Compraram 2 novos barcos e ampliaram equipe (problemas de deslocamento, distâncias...)*
- *Pretendem visitar todas as aldeias, a cada 3 meses.*
- *Construíram a Casa do Índio em Atalaia e entregaram à FUNAI.*

9. MISSÃO NOVAS TRIBOS DO BRASIL (MNTB)

- *Trabalhando há anos, todos os dias, na área do Alto Ituí (especificamente na saúde - malária).*
- *Prevenir a malária antes do trabalho de demarcação pode ser que não dê resultado, se houver índios envolvidos no trabalho, pois há malária muito resistente na área, especialmente entre os Marubo.*
- *Quase não tem contato com Atalaia do Norte. No Alto Ituí não há problema de invasão, porque é longe e os barcos não chegam lá.*

10. COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

- *Há previsão de aumentar a presença do Exército na Amazônia (Tiros de Guerra)*
- *Atividade complementar (não fim) do Exército: cooperação com outros órgãos*
- *Para cooperar, precisa estar devidamente autorizado (por isso muitas vezes a resposta não é imediata)*
- *"Temos que juntar as forças para que nosso trabalho não seja duplicado, sim integrado".*

11. INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAAM)

- *Apoio na fiscalização (pode complementar a fiscalização interna das áreas indígenas com a externa, no entorno)*
- *IPAAM vai criar 3 escritórios (postos) na região.*

12. IBAMA

- *Fiscalização/integridade das áreas*
- *Importância da base da FUNAI-DEII e Polícia Federal*
- *Trabalhar em parcerias*
- *Dificuldades – manutenção operacional*
- *Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT): buscar apoio para as comunidades (processos produtivos/uso dos recursos naturais)*

- *Trabalhar proteção da área com alternativas, ex.: superposição de áreas (Unidade de Conservação de uso indireto, criando uma espécie de área tampão)*
- *Necessidade de integração do trabalho na Amazônia*
- *Pergunta: ação ilegal das madeireiras – de que forma a ação do IBAMA pode ser intensificada na época da demarcação?*
- *A partir de novembro, escritório multifuncional em Tabatinga – convênio com Polícia Federal – fiscalização - CNPT (busca de alternativas)*
- *IBAMA – preparação para coibir ações ilegais/cumprir papel de fiscalização/controle*
- *Apoio do IBAMA ao Posto de Vigilância solicitado pelo CIVAJA (proposta de reunião com CIVAJA na próxima 2ª feira para detalhar idéia)*
- *Instalar fonia no posto (Curuçá)*
- *Joseney: muitas comunidades peruanas (5 mil pessoas) na região do Curuçá. Importante ter projeto demonstrativo índios/ribeirinhos (PD/A?) para a região*
- *Possuelo: importante a visão aérea da área – aeronave da MNTB? H/mês?*
- *Resposta(john): os aviões não são da Missão. A MNTB usa os da Asas do Socorro*
- *IBAMA: pode conseguir combustível*
- *Dr. Amuda*
- *Usar recursos do ultraleve para monitorar a área (visão aérea)*
- *Investimentos conjuntos para uso dos agentes locais (convênio interinstitucional)*
- *É preciso pensar em como enfrentar a reação maior tipo “desobediência civil” contra a demarcação (madeireiros são só testas de ferro, o problema político é grave)*
- *É importante a visibilidade indígena nos limites da área (lugares estratégicos)*

13. COIAB

- *Preocupação com o pós-demarkação/ comunidades entenderem os limites*
- *Investir na formação do pessoal*
- *Todas as comunidades devem saber o que é demarcação*
- *A formação pode ajudar no processo de proteção/vigilância da área*

14. DEPARTAMENTO DE ÍNDIOS ISOLADOS- DEII /FUNAI

- *Há informações de 5 grupos de isolados, fala-se de 7 grupos*
- *Limite sul: alta periculosidade*
- *Sugestões: que cada equipe de campo tenha 1 ou 2 pessoas indicadas pelo Departamento de Índios Isolados*
- *D.E.I.I. pode confeccionar normas de conduta para evitar problemas*
- *Divisa sul: não abrir picadas, só clareiras (rever pontos geodésicos). Reduz possibilidades de conflito e também reduz custos*
- *Reduzir os 11 pontos (limite sul) ao mínimo possível*
- *Acesso aos pontos por helicópteros*
- *Quanto menos tempo as equipes ficarem na área, melhor*
- *Logística, custo para o DEII: separado? Deve ser considerado esse custo*
- *Posto Vigilância no rio Curuçá: deve ser apoiado*
- *Proposições de alteração de limites: a serem encaminhados ao Coordenador do GT*
- *Sílvio: a política indigenista e de proteção da T. I. Vale do Javari vai ter que ser repensada*
- *Darcy: temos estratégia de proteção – deslocar Postos da FUNAI para pontos estratégicos é parte desse plano. Ocupar com casas, roçados, cantina (produtos) intimidação, viagens de fiscalização*

O DEII entregou um documento com suas sugestões e observações, incorporado como anexo a este relatório.

5.2. A Proposta Técnica

1. Apresentação da DAF/FUNAI

O representante da DAF, Reinaldo Florindo, apresentou a proposta técnica da demarcação da área. Cada participante recebeu uma cópia dessa proposta, com um mapa reduzido da Terra Indígena Vale do Javari (material anexado a este relatório).

- Demarcação física será feita através de serviços contratados
- 32 pontos geodésicos (clareiras 100x100 m)
- 555 km de picadas
- Picadas de 6 m de largura
- 100 placas
- Tempo: 130 dias
- Estimativa de custo total: 1.062.388,47
- Estimativa de custo total: 1.274.866,17 (com reserva técnica)
- Equipe de rastreamento (2): 5 pessoas, 32 pontos
- 10 equipes de campo
- Marcos: que tipo deve ser utilizado?
- Distância dos marcos: em princípio, a cada quilômetro.

2. O debate da proposta técnica

O debate que se seguiu considerou principalmente a questão das picadas (largura), o espaçamento dos marcos, a localização dos pontos geodésicos, a fiscalização pela FUNAI e o acompanhamento pelos índios.

PICADAS

PROPOSTAS	DESVANTAGENS	VANTAGENS
Flexibilizar (foi explicado pela FUNAI que já existe uma flexibilização da norma)	Tem que fazer manutenção - Como?	Picada 6 m: Monitoramento (satélite) mais fácil
Picada de 2m, mais difícil de fechar (não bate sol)	Impossível transitar na picada de 6m (a capoeira fecha)	Monitoramento pode ser feito também por clareiras
Broca larga, não derrubada (broca: 6m; derrubada: 1m)		
Próximo às cidades, marcos mais próximos (200, 300m)		
<u>Recomendação:</u> Elaboração de proposta pelo pessoal da área		

PLACAS	PONTOS GEODÉSICOS	<u>Recomendações DEII:</u>
	- Cartografia antiga - Como acompanhar o ritmo da empresa?	Equipes permanecerem o mínimo possível no campo (divisa sul)
Placas nos igarapés, perto das cidades, lugares de pesca e extração de madeira	Proposta: pré-locação dos pontos geodésicos	Evitar, se possível, abrir picadas (divisa sul)
Verificar bem a parte do limite com o Juruá (ex- "tripa do bodó")	Proposta: fiscalização simultânea ao rastreamento	

- Acompanhamento/fiscalização pelos índios
- Como chegar em tempo real nos pontos geodésicos? Helicóptero?
- Dever haver preparação dos índios antes
- Tempo
- Tem que observar as secas e cheias dos rios. O tempo previsto parece pouco.
- Estimativa de custos
- Deve ser revista
- 10 equipes no campo pode ser muito problemático, além de dificultar o acompanhamento
- Estimativa deve ser feita junto: FUNAI/CIVAJA
- O ritmo da execução deve ser de acordo com o ritmo do acompanhamento
- Deve haver orçamento à parte para que os índios acompanhem a demarcação (Obs: é dever da empresa incluir as despesas com um índio por cada equipe de trabalho, segundo informação da FUNAI)
- Pontos geodésicos
- Importante que se faça pré-locação
- Base cartográfica antiga (RADAM)
- Quem fica responsável por encontrar as cabeceiras dos rios?
- Esticou-se a “tripa de bodó” (limite sul), tentando preservar as cabeceiras. Seguimento de reta pode cortar divisor de água (da outra bacia – do Juruá). Importante ter mais informações sobre esta parte da área.
- Informações
- Conhecer a realidade de todos os grupos indígenas da área, inclusive informando-os sobre os limites
- Nem todo mundo conhece a realidade de todos os locais

5.3. O acompanhamento da demarcação pelos índios

Até este momento do debate, ficava claro que havia três assuntos abordados: a proposta técnica de demarcação física, que direciona o trabalho da empresa a ser contratada; a fiscalização desse trabalho, que deve necessariamente ser feita pela FUNAI; e o acompanhamento do trabalho pelos índios. Do ponto de vista do acompanhamento da demarcação física, a

inclusão de um índio por equipe de trabalho é norma já colocada pela FUNAI para a empresa, ou seja, esta tem de arcar com as despesas de um representante da comunidade indígena que vai para fazer o acompanhamento.

No entanto, a idéia de um projeto de acompanhamento da demarcação envolveria outros aspectos, além da presença dos índios nas equipes de trabalho de campo. Para avançar no desenho desse projeto, foram feitas duas perguntas iniciais: O que deve ser o acompanhamento da demarcação? Quais os seus objetivos? As respostas foram agrupadas conforme se vê no quadro abaixo, gerando um pouco mais de debate.

- | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>- <u>Quais são os objetivos do acompanhamento?</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A fiscalização se deve para que as comunidades tenham conhecimento dos seus limites - Conhecimento dos limites pelas comunidades indígenas, de forma que todas as comunidades conheçam todos os limites - Conhecer a realidade de cada área do Javari - Ajudar na definição de limites duvidosos (pontos duvidosos) - Legitimar a demarcação - Nós precisamos da demarcação para demarcar nossa área, porque estamos preocupados com entrada de pessoas em nossa área. <p>- <u>O que deve ser o acompanhamento?</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Segundo o projeto, a fiscalização técnica é obrigatória para a FUNAI - A su pervisão das obras por parte dos indígenas é uma forma de acompanhamento e poderia ser parte de um projeto com orçamento próprio. - Os índios devem ter orçamento próprio - Calcular equipamentos, valores, chegada e como trabalhar - Temos pessoal operador de moto serra <p>- Acompanhamento: periódico ou por etapas</p> <p>- <u>Proposta:</u></p> <p style="padding-left: 40px;">Dividir a área em 4 partes e o(s) contrato(s) com a(s) empresa(s) em 4 etapas, criando um ritmo e condições viáveis de fiscalização técnica e</p> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

acompanhamento indígena

4 bases: Atalaia, Palmeira, Ipixuna/Cruzeiro do Sul e Eirunepé

- Proposta: iniciar demarcação pelos **pontos mais críticos** (possibilidade de reação contra)

- **Participação dos índios nas frentes de trabalho**
- Incluir os índios nas equipes das firmas
- 2 pessoas indígenas para cada equipe de campo
- Se possível, pensar na proposta – composição da equipe, participação de um representante do CIVAJA para supervisionar a execução dos trabalhos
- Acompanhamento direto no(s) trabalho(s) da demarcação através de 1 equipe própria do CIVAJA

- **Envolvimento** em todas as partes da demarcação
- O acompanhamento deve ser feito pelos índios escolhidos e treinados para essa função
- Envolver todas as comunidades e se possível outras organizações
- Na área do Juruá Massapé os Kanamari colocaram que eles mesmos são capazes de fazer acompanhamento do trabalho. Temos que ter acompanhamento de cá do povo que fica dentro da área do Javari
- Envolver FNS, MSF e MNTB no controle da malária durante os trabalhos

A proposta de se fazer o trabalho por etapas, dividindo a área em partes, cada uma com uma base diferente (a cidade mais próxima) foi bastante discutida, havendo muitos argumentos a favor. Mesmo o contrato sendo com uma só empresa, poderia ser amarrado por etapas – uma etapa deve ser cumprida, fiscalizada e só então liberado o pagamento desta e iniciada a próxima.

A partir dessa visão geral de quais são os objetivos e em que deve consistir o acompanhamento da demarcação pelos índios, a próxima pergunta foi: para conseguir realizar esse trabalho de acompanhamento, o que seria necessário?

As respostas foram organizadas em três agrupamentos, como se vê no quadro abaixo:

- Informação/ questões técnicas pendentes
- problema cartográfico
- condições geográficas
- levantamento da realidade antes da licitação é fundamental para planejar o acompanhamento
- formação de 1 equipe interétnica c/1 topógrafo da FUNAI para pré-locação de marcos
- nos meses de maio, junho e julho tem que demarcar nas cabeceiras dos rios
- colocar alguns pontos geodésicos próximos a nascente de rio ou igarapé, o que facilitaria sua localização
- Ritmo do trabalho/Coordenação
- Problema coordenação: 4 etapas?
- 2 rádios de comunicação diariamente para se comunicar com base central no CIVAJA
- Reforçar o CIVAJA com técnicos durante a demarcação
- A empresa contratada deve acertar com o CIVAJA um cronograma de trabalho
- Mobilização/Divulgação
- Logística da divulgação nas aldeias e fora da área
- Reunir todas as comunidades antes da demarcação começar
- Fazer reunião com os índios para amarrar estratégias
- Divulgação por cartaz sobre demarcação do Vale do Javari

O desenho da proposta técnica – suas possíveis alterações – continuava merecendo muitas considerações. Muitas informações esparsas surgiam durante os debates; naturalmente, era claro que não se poderia tomar maiores decisões com respeito à alteração da proposta sem recolher mais informações precisas sobre a área. Também para se pensar na articulação interna e externa das comunidades indígenas e na questão da segurança do trabalho – devido aos inúmeros problemas que foram apontados nos informes

– necessitava-se mais informação. Antes então de avançar num possível desenho da proposta de acompanhamento, foi feito um trabalho de coleta sistematizada de informações.

5.3 Mapas Temáticos

A proposta levantada por alguns participantes foi a de que se fizesse um trabalho em pequenos grupos para levantar informações sobre a área, considerando o fórum privilegiado desse Encontro, reunindo pessoas com detalhado conhecimento sobre partes e aspectos específicos da área.

O trabalho proposto foi o de levantar as informações e plotá-las no mapa da área, elaborado pela DAF/FUNAI. Os temas foram:

1. Atores e Recursos

Quem

Onde

O que: **barco, voadeira, motor de popa, telefone, computador, rádio...**

2. Aldeias

Nomes

Demografia

Áreas de trânsito

Acesso: varadouro, pistas, tempo de navegação, condições...

Coordenadas

3. Invasão

Tipo

Capacidade de mobilização contra a demarcação

As informações foram plotadas pelos grupos de trabalho e complementadas em plenária. O resultado ficou registrado em três mapas - o de atores e recursos, o de aldeias e o de invasões – entregues ao PPTAL/FUNAI para serem consolidados em um só. Portanto, o resultado dessa etapa do trabalho não pode constar deste relatório, uma vez que os originais (os mapas) estão sendo trabalhados pelo PPTAL na consolidação

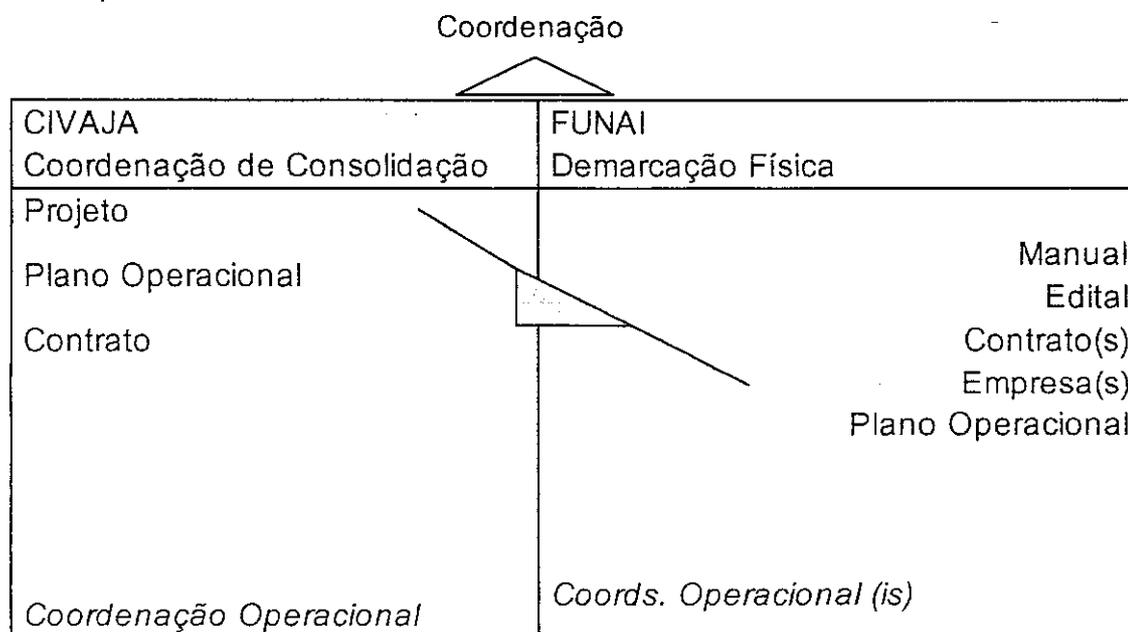
das informações. O mapa final deve conter toda a informação levantada pelos grupos de trabalho e complementada pela plenária e deve ser considerado como parte deste relatório (anexado pelo PPTAL, assim que estiver pronto, ao documento final).

5.4. Proposta de Projeto de Consolidação da Demarcação

Tendo em vista uma certa confusão que ainda permanecia sobre a demarcação (técnica) e o acompanhamento pelos índios, foi feita uma proposta pelo representante do ISA. Em primeiro lugar, ele tentou separar bem os dois projetos: a um, chamou de “demarcação física” – que é de responsabilidade da FUNAI, que será realizado por uma empresa, e no qual está inserido o que se chamou até aqui de “acompanhamento pelos índios”, ou seja, a presença dos índios nas equipes de campo, além da fiscalização da FUNAI.

Um segundo projeto seria o que ele chamou de “consolidação da demarcação”, e que deve ter uma coordenação do CIVAJA com alguma parceria (a ser identificada).

Esses dois projetos deveriam andar paralelos, havendo instrumentos de efetiva ligação entre eles, para que o ritmo da demarcação física executada pela empresa não atropеле o processo de consolidação feito pelos índios e seus parceiros.



A área sombreada é a de interseção entre os dois projetos; significa que deve haver instrumentos operacionais que facilitem a interação dos dois lados. Também foi considerado que deve haver uma instância de coordenação geral para os dois projetos, uma vez que é necessário garantir o melhor entendimento e ritmo entre eles.

Os passos a seguir seriam:

- Formulação do projeto de consolidação
- Identificação de interfaces com demarcação física → edital
- Aditivo ao(s) plano operacional (is)

A proposta de abrir a possibilidade da existência de termos aditivos ao Plano Operacional da empresa é uma sugestão para evitar os problemas de atropelo que sempre ocorrem e garantir que o projeto de consolidação não esteja sempre correndo a reboque do ritmo da demarcação física feita pela empresa. De qualquer modo, o primeiro passo seria elaborar esse projeto de consolidação; então, verificar suas interfaces com a demarcação física, para que o edital saia com as condições desejáveis; finalmente, garantir, através de termos aditivos ou outros instrumentos, a possibilidade de se adequarem os ritmos dos dois projetos na prática.

Para esse Projeto de Consolidação (nome provisório), foram propostas algumas linhas de trabalho, além da questão da coordenação :

- Coordenação
 - Geral
 - Operacional

- Capacitação Indígena

- Informação e Mobilização

- Documentação e Levantamento de Dados

- Formulação Plano Proteção e Fiscalização

- Segurança das equipes

Debate sobre a proposta:

- Priorizar as linhas de Capacitação, Informação e Mobilização e Formulação de Plano de Proteção e Fiscalização, visando uma articulação interna que responda às áreas culturais do Vale do Javari
- Há relativamente pouco tempo para se fazer a articulação interna; a recomendação é se intensificar esse trabalho já iniciado pelo CIVAJA, para se chegar ao objetivo de que todas as comunidades conheçam e participem do processo de demarcação
- Criar assessoria jurídica, especialmente tendo em vista a posição claramente contrária de setores da sociedade e do governo do Estado (considerando o discurso do candidato a senador Gilberto Mestrinho que promete, se eleito, lutar contra a demarcação)
- Criar instrumentos que interliguem os dois projetos: o de demarcação física e o de consolidação
- Informe (FUNAI): consta no edital que a empresa deve apresentar seu cronograma de trabalho e deve realizar reuniões com as comunidades indígenas antes e depois da execução do trabalho
- CIVAJA pergunta quem vai trabalhar junto, com quem podem contar para elaborar e executar esse projeto

6. Matriz de Potencial de Cooperação

Para responder à preocupação do CIVAJA – com quem contar, em que aspectos – foi feita uma Matriz de Potencial de Cooperação, na qual as instituições e grupos presentes apontaram sua possível cooperação com o processo da demarcação. Algumas instituições que não estavam presentes foram lembradas pelos participantes e seu potencial de cooperação foi também colocado. É importante que essas instituições sejam contatadas e tomem conhecimento desse Encontro, para que possam incorporar-se aos “aliados”.

INSTITUIÇÃO	POTENCIAL DE COOPERAÇÃO
Pastoral Indigenista do Alto Solimões	<ul style="list-style-type: none"> - Colocará toda sua infra-estrutura para a demarcação: <ul style="list-style-type: none"> - sede, barcos, 4 agentes - Apoiar na conscientização antes, durante e após a demarcação, e ajudar na elaboração do projeto de consolidação da demarcação
ISA – Instituto Socioambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Formulação e análise de estratégias e projetos * - Difusão de notícias: <ul style="list-style-type: none"> - Parabólicas - Internet - Documentação * - Banco de dados e Mapas * - Assessoria Jurídica –Direitos Coletivos * - Identificação de oportunidades e recursos para programas sociais para não-índios em Atalaia - Apoio para contatos em Brasília <p>Obs: as atividades com asterisco (*) dependem de recursos financeiros</p>
Terra dos Homens	Divulgação a nível internacional
FUNAI	<ul style="list-style-type: none"> - Fiscalização técnica DFU/Manaus - Articulação institucional (Manaus) - Coordenação geral (PPTAL/DAF) - Apoio de modo geral (comunicação, transporte, etc) - Controle epidemiológico - Apoio (Diretorias...) - Articulação institucional: <ul style="list-style-type: none"> - Municipal, estadual (AER locais) - Federal (Brasília) - A DAF poderá, no plano operacional do edital de licitação, introduzir a metodologia de execução da demarcação, o que acarretaria ao CIVAJA um conhecimento prévio para a elaboração do seu plano de consolidação da demarcação.
Associação dos Pescadores	Divulgação local, junto com o CIVAJA (dando palestra)
IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas	Disponibilizar informações

Exército – Comando Militar da Amazônia	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio logístico e base de apoio em Palmeiras do Javari - Segurança
COIAB – Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira	<ul style="list-style-type: none"> - Colocar a sua infra à disposição do CIVAJA - Colaborar/participar da estruturação do projeto de consolidação e acompanhamento - Divulgação do processo de demarcação
FNS – Fundação Nacional da Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação das coberturas vacinais - Controle epidemiológico - Desenvolver um controle de malária mais efetivo, eficaz e eficiente na área - Incluir no tópico “Política de Saúde Indígena”, no curso dos agentes indígenas de saúde (novembro), de que forma as terras demarcadas vão influenciar na saúde dos povos indígenas do Javari - Fornecer as coordenadas das aldeias - Fornecer dados do censo populacional atualizado (98) – por aldeia, família....
OPAN – Operação Amazônia Nativa	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação dos Kanamari/Kulina - Divulgação de informação - Apoio da base em Eirunepé
FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro	Repasse de informações e experiência de como foi a demarcação no Rio Negro (no campo <u>operacional</u>).
IBAMA	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos - Escritório multifuncional - Fiscalização - GPS
MNTB – Missão Novas Tribos do Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação com as lideranças nas aldeias - Rádios - Pistas - Base núcleo para acompanhamento (hospedagem para o pessoal indígena coordenando)
Departamento de Índios Isolados/FUNAI	<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas para acompanhar - Rádio comunicação - Equipamentos / Barcos <p>Obs: não tem recursos financeiros para manutenção</p>

UNI/ACRE	<ul style="list-style-type: none"> - Ajudar na divulgação - Apoio na consolidação - Ajudar na mobilização das comunidades indígenas
Amigos da Terra	<ul style="list-style-type: none"> - Recuperação de rádios defeituosos - Otimização da rede/ Possível contratação de um funcionário tempo integral - Instalação de novos aparelhos - compatibilização das frequências do Kanamari com a rede existente - Assistência técnica permanente - Disponibilização de informações recolhidas na área
MSF - Médicos Sem Fronteira	<ul style="list-style-type: none"> - Triagem de pessoal (para trabalho em campo) na área de saúde - Colaborar nas viagens quando necessário - Levar pessoas do CIVAJA durante as viagens de MSF - Controle epidemiológico
GTA	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação de oportunidades de recursos para programas sociais para não-índios em Atalaia - Apoio para contatos em Brasília
CIVAJA	<ul style="list-style-type: none"> - Barco 114 HP - Rede de radiofonia – 16 - Telefone/fax - Sede própria - Computador - As comunidades indígenas Marubo, Matis, Mayoruna, Kanamari, Kulina, Korubo

7. Recomendações e Próximos Passos

7.1. Algumas recomendações foram tiradas, no final do evento:

- Plano de remoção de ocupantes: deve ser elaborado pela FUNAI
- Consolidar mapa com informações levantadas no encontro e editar “caderninho” com todos os dados das entidades e informações úteis
- Reparar rádios do CIVAJA/ complementar rede de rádio

- Compatibilizar frequências de rádios pela FUNAI
- Apressar instalação rádios Kanamari
- Pensar a abertura de picada/ emplacamento na divisa sul, com base nas informações sobre ocupação/ pressão
- Complementar informações (especialmente sobre divisa sul)
- Tempo previsto para demarcação: mais de acordo com a possibilidade de acompanhamento dos índios e fiscalização técnica (proposta: fazer em etapas)
- Fiscalização técnica seja em tempo real
- Pontos geodésicos: pré-locação?
- Pensar na questão do Posto de Vigilância (do Pardo) mais como Ponto de Apoio à demarcação e de Controle da Área, justificando-o dentro do projeto e deixando claras as atribuições.

7.2 Agenda de Próximos Passos

O QUE	QUEM	QUANDO
Checar minuta da portaria de delimitação	DAF/ CIVAJA	Imediatamente
Manifestação dos índios sobre novo mapa (divisa sul - saiu a "tropa de bodó")	CIVAJA DAF /PPTAL	Imediatamente
Relatório do encontro	Moderadora	Até 9 de outubro
Viagem do Bispo de Tefé à área (CIVAJA pode aproveitar)	CIMI CIVAJA	Outubro
Reunião CIVAJA/ ribeirinhos	CIVAJA	16 a 18 de outubro
Reunião para discutir Posto da boca do Pardo	CIVAJA/ lideranças	4 e 5 de novembro
Encontro de lideranças para discutir sobre a demarcação e o projeto de consolidação	CIVAJA/ lideranças indígenas da área	10 a 15 de novembro
Elaborar Projeto de Consolidação da demarcação	CIVAJA/ PPTAL	Até dezembro

Refazer proposta técnica de demarcação	DAF/CIVAJA/ PPTAL	Até dezembro
Lançamento do edital	FUNAI	Final de janeiro
Contratação da empresa	FUNAI	Final de abril
Início da demarcação		Maio
Lançamento da demarcação em Atalaia (proposta)		Semana do Índio

8. Encerramento

Para encerrar o Encontro, o Coordenador do PPTAL, Artur Nobre, deixou claro que não se está discutindo a demarcação da área (se vai haver ou não), mas sim a melhor forma de viabilizá-la; que o PPTAL buscará viabilizar todo o apoio que o CIVAJA irá necessitar para elaborar, coordenar e executar o Projeto de Consolidação da demarcação. As possibilidades de cooperação de todos os aliados ficaram claras e também ficou estabelecida uma agenda de trabalho para que a demarcação saia o melhor e o quanto antes, o que significa que o Encontro atingiu seus objetivos. Agradeceu a participação de todos e reiterou ao CIVAJA o propósito do PPTAL de apoiar a organização indígena em tudo que for necessário para que a demarcação saia da melhor maneira. "Estamos juntos nessa".

O presidente do CIVAJA, Cloves Rufino Reis, enfatizou a necessidade do CIVAJA de contar com apoio e de conhecer as experiências dos outros grupos e instituições, agradeceu a presença e a colaboração de todos e deu por encerrado o Encontro.

Brasília, 7 de outubro de 1998


Mara Vanessa Fonseca Dutra

Moderadora

ANEXOS

ANEXOS









LISTA DE PARTICIPANTES

Nome: Darcy Duarth Comapa
Instituição: Conselho Indígena do Vale do Javari - CIVAJA
Endereço: Rua Cunha Gomes 123
Cidade: Atalaia do Norte Estado: AM Fone: (092)417 1128
Fax: o mesmo Email:

Nome: Antonio Sebastião da Costa
Instituição: CIVAJA
Endereço: Rua Cunha Gomes 123
Cidade: Atalaia do Norte Estado: AM Fone: (092)417 1128
Fax: (092)417 1128 Email:

Nome: Cloves Rufino Reis
Instituição: CIVAJA
Endereço: Rua Cunha Gomes 123
Cidade: Atalaia do Norte Estado: AM Fone:(092)417 1128
Fax: (092)417 1128 Email:

Nome: Benito Mayuruna
Instituição: CIVAJA
Endereço: Rua Cunha Gomes 123
Cidade: Atalaia do Norte Estado: AM Fone: (092)417 1128
Fax: (092) 417 1128 Email:

Nome: Tumi Matis
Instituição: CIVAJA
Endereço: Rua Cunha Gomes 123
Cidade:Atalaia do Norte Estado: AM Fone: (092)417 1128
Fax: (092)417 1128 Email:

Nome: Francisco Carlos de Souza Marinho
Instituição: Associação dos Pescadores
Endereço: Rua 31 de Março
Cidade: Atalaia do Norte Estado: AM Fone:
Fax: Email:

Nome: Marília Ferraro Rocha
Instituição: Fundação Nacional de Saúde - FNS
Endereço: Rua Osvaldo Cruz
Cidade: Manaus Estado: AM Fone: (092)672 1206
Fax: (092)672 1182 Email:

Nome: Rosa Maria Monteiro
Instituição: Operação Amazônia Nativa - OPAN
Endereço: Av. Getúlio Vargas 822
Cidade: Eirunepé Estado: AM Fone: (092) 481 1141
Fax: 481 1141 Email:

Nome: Benito André Mayuruna
Instituição: CIVAJA
Endereço: Rua Cunha Gomes 123
Cidade: Atalaia do Norte Estado: AM Fone: (092) 417 1128
Fax: (092) 417 1128 Email:

Nome: Edilson Nunes Tavares Kanamari
Instituição: CIVAJA
Endereço: Pedro Cunha 123
Cidade: Atalaia do Norte Estado: AM Fone: (092) 417 1128
Fax: (092)417 1128 Email:

Nome: Márcia Maria Gramkow
Instituição: PPTAL/FUNAI
Endereço: SQS 110 Bloco K ap202 Cep 70373-110
Cidade: Brasília Estado: DF Fone: (061) 443 5463
Fax: (061) 242 2668 Email: gkwclan@tba.com.br

Nome: Camila Serrano Giunchetti
Instituição: Amigos da Terra - Programa Amazônia
Endereço: Av. Brigadeiro Luís Antônio 4442
Cidade: São Paulo Estado: SP Fone: (011) 887 3369
Fax: Email: foesp@ibm.net/ foesp@ibm.net

Nome: Silvio Cavuscens
Instituição: COIAB (assessoria)
Endereço: Conj.Artur Reis - Rua c/ 65 Parque 10
Cidade: Manaus Estado: AM Fone: (092) 233 0548
Fax: (092) 233 0209 Email:

Nome: Francisco Avelino Batista
Instituição: UNI-Acre (Coordenador)
Endereço: R. Amazonas 158 - Avianis
Cidade: Rio Branco Estado: Acre Fone: (068)223 1973
Fax: (068) 223 2400 Email:

Nome: Arnaldo José Firmo Alves
Instituição: FOIRN (aux. administrativo)
Endereço: Rua Álvaro Maia, 79
Cidade: S. Gabriel da Cachoeira Estado: AM Fone: (092) 471 1349
Fax: (092) 471 1001 Email:

Nome: Ten. Cel. José Bernardo Gurgel de Faria
Instituição: Comando Militar da Amazônia - Exército
Endereço: Av. do Expedicionário 4715 - Ponta Negra
Cidade: Manaus Estado: AM Fone: (092) 659 1165/1169
Fax: 659 1168 Email:

Nome: Joseney Lira do Nascimento
Instituição: Pastoral Indigenista do Alto Solimões
Endereço: Av. Castelo Branco 594 - Centro
Cidade: B. Constant Estado: AM Fone: (092) 415 5319
Fax: (092) 415 5494 Email:

Nome: John Edward Jansma
Instituição: Missão Novas Tribos do Brasil
Endereço: Caixa Postal 101
Cidade: Cruzeiro do Sul Estado: Acre Fone:
Fax: Email:

Nome: Francisco Cardoso Munduruku
Instituição: UPIMS – União dos povos Indígenas Munduruku/Sateré
Endereço: Terra Indígena Kwatá/Laranjal
Cidade: Nova Olinda do Norte Estado: AM Fone:
Fax: Email:

Nome: Flávio Menezes Sateré
Instituição: UPIMS – União dos povos Indígenas Munduruku/Sateré
Endereço: Terra Indígena Kwatá/Laranjal.
Cidade: Nova Olinda do Norte Estado: AM Fone:
Fax: Email:

Nome: Reinaldo Florindo
Instituição: FUNAI/DAF
Endereço: SEP-Sul 702 Bloco A Edifício Lex, 3º andar
Cidade: Brasília Estado: DF Fone: (061)226 5672
Fax: (061)226 7168 Email:

Nome: Slowacki de Assis
Instituição: FUNAI - PPTAL
Endereço: SEPS 902 Ed Lex 3º andar sala 349
Cidade: Brasília Estado: DF Fone: (061)226 7500
Fax: (061)226 7500 Email:

Nome: Carola Kasburg
Instituição: GTZ/PPTAL
Endereço: FUNAI
Cidade: Brasília Estado: DF Fone: (061)322 8925
Fax: Email: pptal-gtz@funai.gov.br

Nome: Celso Carelli Mendes
Instituição: FUNAI/ Gabinete Presidência
Endereço: SEPS 702/902 Ed. Lex 3º andar
Cidade: Brasília Estado: DF Fone: (061)226 8503
Fax: (061)226 8782 Email:

Nome: Hamilton Casara

Instituição: IBAMA/AM

Endereço: Ru. Ministro João Gonçalves de Souza, s/n

Cidade: Manaus

Estado: AM

Fone: (092)237 3401

Fax: 237 8211

Email:

Nome: Luiz Frederico Arruda

Instituição: Univ. do Amazonas / IBAMA

Endereço: (res.) R. Dr. Moreira, 250 - Centro

Cidade: Manaus

Estado: AM

Fone: 232 2624/644

2248

Fax:

Email:

Nome: Sidney Possuelo

Instituição: FUNAI/ DEII

Endereço: FUNAI

Cidade: Brasília

Estado: DF

Fone:

Fax: (061) 226 4817

Email:

Nome: Artur Nobre Mendes

Instituição: FUNAI/PPTAL

Endereço: SRTVS 702 Bloco A Ed. Lex

Cidade: Brasília

Estado: DF

Fone: (061) 226 7500

Fax: 226 7500

Email: pptal@funai.gov.br

Nome: Luciene Pohl

Instituição: FUNAI/ AER Manaus

Endereço: Rua Joaquim Nabuco 294 Centro

Cidade: Manaus

Estado: AM

Fone: (092) 633 3132

Fax: 6331132

Email: lupohl@man.sol.com.br

Nome: Carlos Alberto (Beto) Ricardo

Instituição: Instituto Socioambiental - ISA

Endereço: Av. Higienópolis 901 Cep 01238-001

Cidade: São Paulo

Estado: SP

Fone: (011) 825 5544

Fax: (011) 825 7861

Email: beto@socioambiental.org

Nome: Krijn Hoogendorp

Instituição: Médicos Sem Fronteiras

Endereço: R. Franco de Sá, 50 Bairro São Francisco

Cidade: Manaus

Estado: AM

Fone: (092) 611 3583

Fax: 663 4922

Email: msf@internext.com.br

Nome: Romeu Nogueira Campos Junior
Instituição: Instituto de Proteção ambiental do Amazonas - IPAAM
Endereço: Rua Recife
Cidade: Manaus Estado: AM Fone: (092) 642 3856
Fax: Email:

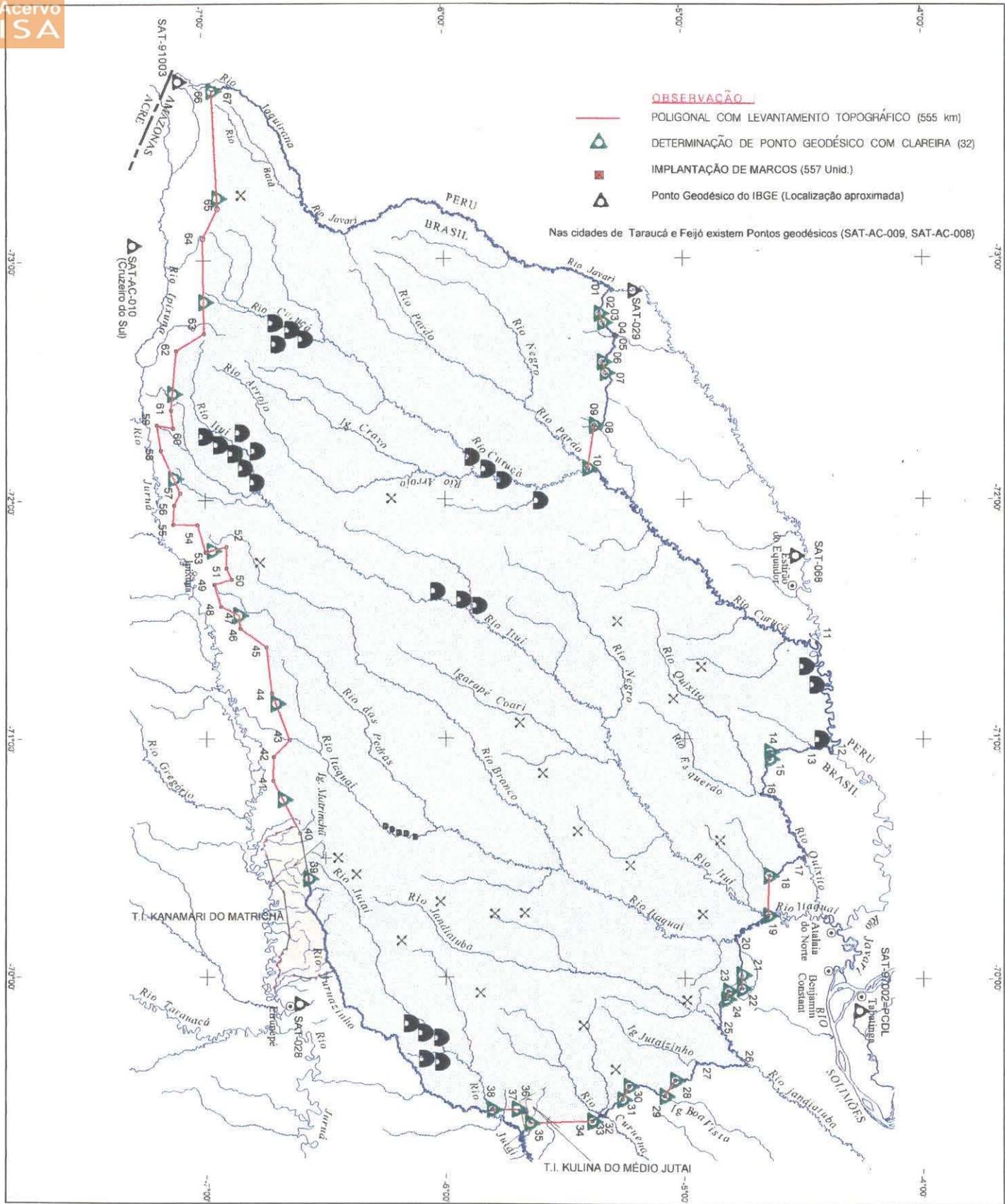
Nome: Laércio Pena Colares
Instituição: Médicos Sem Fronteiras
Endereço: R. Franco de Sá, 50 Bairro São Francisco
Cidade: Manaus Estado: AM Fone: (092) 611 3583
Fax: 663 4922 Email: msf@internext.com.br

Nome: Euclides Pereira
Instituição: COIAB
Endereço: Av. Ayrão, 235
Cidade: Manaus Estado: AM Fone: (092) 233 0548
Fax: (092) 2330209 Email: coica-dh@buriti.com.br

Nome: Pedro Garcia
Instituição: Fed. das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN
Endereço: Av. Álvaro Maia, 79
Cidade: S. Gabriel da Cachoeira Estado: AM Fone: (092) 471 1349
Fax: 471 1349 Email:

Nome: Gilmar J. de Figueiredo Costa
Instituição: FUNAI/ AER Atalaia do Norte
Endereço: R. Manoel Leão 172 Centro
Cidade: Atalaia do Norte Estado: AM Fone: (092) 417 1158
Fax: 417 1158 Email:

Nome: Mara Vanessa Fonseca Dutra
Instituição: autônoma
Endereço: Caixa Postal 09-666 Cep 70.001-970
Cidade: Brasília Estado: DF Fone: (061)501 0488
Fax: (061) 501 0488 Email: maravan@solar.com.br



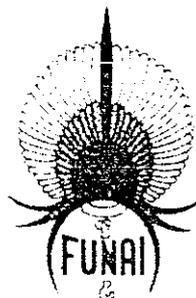
SINAIS CONVENCIONAIS

- LIMITE DA TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- ALDEIA INDÍGENA e POSTO INDÍGENA
- MARCO GEODÉSICO, PONTO DIGITALIZADO
- MARCO DE CONCRETO e LIMITE INTERMUNICIPAL
- PLACA INDICATIVA e CAMPO DE POUSO
- ROD. REVEST. SÓLIDO e ROD. REVEST. SOLTTO
- CURSO D'ÁGUA PERMANENTE
- DIREÇÃO DE CORRENTE



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF

DENOMINAÇÃO: TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI		PLANTA DE: DEMARCAÇÃO	
MUNICÍPIO: Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Jutai		ÁREA: 8.519.800 ha	PERÍMETRO: 2068 km
UF: AMAZONAS	ADR: Atalaia do Norte	ESCALA: 1 : 2.500.000	DATA: Mai de 98
DESENHO:	RESPONSÁVEL TÉCNICO:	PROCESSO N°:	BASE CARTOGRÁFICA:
		CONFERE:	VISTO:
		Manoel Francisco Colombo - Eng CREA 64889/D - Ch do DED	Áureo Araújo Faleiros - Eng CREA 57934/D - Dir DAF



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

**RESUMO SOBRE OS TRABALHOS A SEREM EXECUTADOS
NA DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI**

Os serviços demarcatórios a serem contratados para demarcação do VALE DO JAVARI, consistem, basicamente, de : **a)** determinação de 32 (trinta e dois) pontos geodésicos, materializados no terreno através de marcos (cimento ou fibra de vidro), conforme modelos específicos; **b)** abertura e medição de picadas em 555 (quinhentos e cinquenta e cinco) Km aproximados. As picadas deverão ter 06 metros de largura, sendo também materializadas no terreno, a cada 01 (um) Km, através de marcos de cimento ou de fibra de vidro, conforme modelos específicos; **c)** digitalização com emprego de métodos computacionais de 1.585 (mil quinhentos e oitenta e cinco) Km de cursos d'água (rios e igarapés); **d)** distribuição de 100 (cem) placas indicativas de " Terra Protegida ", sendo 33 junto aos pontos geodésicos e 67 ao longo do perímetro da terra indígena;

A estimativa de tempo para conclusão do serviço é de 130 dias corridos, distribuídos em 15 dias para transporte das equipes até as frentes de trabalho (mobilização); 100 dias para trabalho de campo efetivo (rastreamento dos pontos geodésicos, abertura, medição e materialização das picadas) e 15 dias para parte de escritório (cálculos, desenhos, elaboração de relatórios etc).

Os 555 Km aproximados de trechos de linhas secas (picadas a serem abertas, medidas e materializadas) serão cobertos por 10 equipes de locação, atuando simultaneamente, cada uma sendo responsável por 55 Km, resultando na produção diária de 555 metros .

As equipes de locação serão compostas por 14 pessoas, sendo 01 técnico responsável, 02 auxiliares diretos, 02 operadores de motosserra, 01 cozinheiro e 08 braçais (machadeiros, foíceiros etc) .

Para o rastreamento dos 33 pontos geodésicos foi prevista a atuação simultânea de 02 equipes, compostas por 05 pessoas, sendo 02 técnicos rastreadores, 01 operador de motosserra e 02 braçais. O tempo estimado para conclusão do rastreamento dos pontos é de aproximadamente 70 (setenta) dias .

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
DEPARTAMENTO DE DEMARCAÇÃO

PLANILHA DE CUSTOS ESTIMADOS (ANEXO 04)

Execução: Licitação

Brasília, setembro/98

1 - OBJETIVO :

DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA
VALE DO JAVARI

2 - IDENTIFICAÇÃO :

TERRA INDÍGENA.....	VALE DO JAVARI
LOCALIZAÇÃO.....	ATALAIA DO NORTE, BENJ. CONSTANT E OUTROS - AM
SUPERFÍCIE.....	8.457.000 ha
PERÍMETRO TOTAL.....	2.140 km
ATO LEGAL.....	

3 - SERVIÇO TÉCNICO :

POLIGONAL COM LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO	555,0 km
POLIGONAL DE CURSO D'ÁGUA.....	0 km
DIGITALIZAÇÃO DE LIMITES NATURAIS.....	0 km
DETERMINAÇÃO DE PONTO GEODÉSICO.....	32 Unid.
TRANSPORTE DE COORDENADAS.....	0 km
ABERTURA DE CLAREIRA.....	32 unidade(s)
IMPLANTAÇÃO DE MARGOS.....	557 unidade(s)
COLOCAÇÃO DE PLACAS INDICATIVAS.....	100 unidade(s) ?

4 - EXECUÇÃO / EQUIPE(S) :

MOBILIZAÇÃO	(dias) 15	Nº EQUIPE(S) ABERT. DE PICADAS	10
TRABALHO DE CAMPO (dias)	100	Nº EQUIPE(S) APOIO LOGÍSTICO	1
TRABALHO DE GABINETE (dias)	15	Nº EQUIPE(S) DE RASTREIO	2
DURAÇÃO DA OBRA (dias)	130	PRODUÇÃO DIÁRIA (km/dia)	0,555

5 - ESTIMATIVA DE CUSTOS :

Mobilização+Desmobilização	Valor Total
R\$ 39.767,81	R\$ 1.274.866,17

6 - ESTIMATIVA DE CUSTO PARA MATERIALIZAÇÃO :

6.1 - Equipe de Locação, Abertura de Picada, Transporte de Coordenadas, Implantação de Marcos e Placas, etc... n° de equipe(s) : 10

Composição da Equipe	Quantidade		Valor R\$	
	Elemento	Diária	Unitário	Total
Técnico em Agrimensura	10	115	50,78	56.397,00
Auxiliar de Topografia	20	100	19,04	38.080,00
Operador de Motosserra	20	100	25,39	50.780,00
Cozinheiro	10	100	25,39	25.390,00
Braçal	80	100	15,87	126.960,00
TOTAL (Inclusos os encargos sociais)				299.607,00

6.2 - Equipe de Apoio Logístico, Abast. e Assistência : n° de equipe(s) : 01

Composição da Equipe	Quantidade		Valor R\$	
	Elemento	Diária	Unitário	Total
Eng° Coordenador de Campo	01	115	76,17	8.759,55
Navegador	01	115	50,78	5.839,70
Braçal	02	100	15,87	3.174,00
Motorista/Barqueiro	02	100	25,39	2.539,00
Almoxarife	00	100	25,39	0,00
Mecânico Motosserra	01	100	25,39	2.539,00
Enfermeiro	01	100	25,39	2.539,00
TOTAL (Inclusos os encargos sociais)				25.390,25

6.3 - Material de Consumo :

Discriminação	Unid.	Quant.	Valor R\$	
			Unitário	Total
Material de Acampamento, Utensílios de Cozinha, Ferramentas, etc..	diversos	10	500,00	5.000,00
Generos Alimentícios	refeições	14.980	6,00	89.880,00
Medicamentos	diversos	10	1.000,00	10.000,00
Combustível e Lubrificantes	litros	10.000	1,00	10.000,00
Peças e Aces. p/ Equipamentos	diversos	diversos	vb	10.000,00
TOTAL				124.880,00

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
DEPARTAMENTO DE DEMARCAÇÃO

VALE DO JAVARI

6 - ESTIMATIVA DE CUSTO PARA MATERIALIZAÇÃO :

6.4 - Equipamentos : * Ref. 1) Locação 2) Depreciação 3) Aquisição

Discriminação	* Ref.	Unid.	Quant.	Valor R\$	
				Unitário	Total
Estação Total = R\$ 10.000,00	2	unid.	10	319,44	3.194,44
Rádio = R\$ 500,00	2	unid.	11	15,97	175,69
Gerador = R\$ 1.200,00	2	unid.	11	38,33	421,67
Motoserra = R\$ 850,00	2	unid.	20	27,15	543,05
Girosópio = R\$ 10.000,00	1	diária	01	319,44	319,44
Veículo	1	diária	100	50,00	8.000,00
Barco	1	diária	100	120,00	12.000,00
Aeronave	1	hora	50	500,00	25.000,00
Helicóptero	1	hora	80	1.200,00	96.000,00
TOTAL					145.654,31

6.5 - Confeção de Marcos e Placas :

Discriminação	Unid.	Quant.	Valor R\$	
			Unitário	Total
Placas Indicativas	unid.	100	90,00	9.000,00
Marcos	unid.	589	150,00	88.350,00
TOTAL				97.350,00

6.6. Materialização

Item	Elemento Despesa	Valores R\$
6.1	Equipe de Locação, etc...	299.607,00
6.2	Equipe de Apoio Logístico, etc...	25.390,25
6.3	Material de Consumo	124.880,00
6.4	Equipamentos	145.654,31
6.5	Confeção de Marcos e Placas	97.350,00
VALOR TOTAL DA MATERIALIZAÇÃO		R\$ 692.881,56

7 - ESTIMATIVA DE CUSTOS PARA RASTREAMENTO DE SATÉLITES

nº de equipe(s) : 02

Discriminação	Quantidades			Valor R\$	
	Unid.	Quant.	Diária	Unitário	Total
Técnico em Rastreo	diária	04	67	50,78	13.609,04
Operador Moto-serra	diária	02	64	25,39	3.249,92
Braçal/Cozinheiro	diária	02	64	15,87	2.031,36
Gêneros Alimentícios	unid.	524		6,00	3.144,00
Combustíveis/Lubrificantes	litros	640		1,00	640,00
Material de Acampamento	diversos	02		500,00	1.000,00
Aluguel de veículo/barco	diária		67	120,00	8.040,00
Rastreador = R\$ 15.000,00	Deprec.	04		279,17	1.116,67
Equipe de Rapel	ponto	32		1.000,00	32.000,00
Aluguel de Helicóptero	hora	50		1.200,00	60.000,00
VALOR TOTAL PARA O RASTREAMENTO					124.830,99

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
DEPARTAMENTO DE DEMARCAÇÃO

VALE DO JAVARI

12 - SUB-TOTAL:

Obs: Nos itens abaixo estão inseridos, proporcionalmente, os custos previstos no item 11

Item	Etapas	Valores R\$
6.6	Materialização	860.558,89
7	Rastreamento	155.040,09
8	Cálculos e Trabalhos de Gabinete	7.021,69
9	Mobilização	19.883,90
10	Desmobilização	19.883,90
SUB-TOTAL		1.062.388,47

13 - VALOR MÉDIO POR ETAPAS:

Item	Etapas	Valor Total	Quantidade	Média
6.6	Materialização (km)	860.558,89	555,00	1.550,56
7	Rastreamento (unid.)	155.040,09	32	4.845,00
8	Cálculos e Trab. de Ga	7.021,69	vb	7.021,69
9	Mobilização	19.883,90	vb	19.883,90
10	Desmobilização	19.883,90	vb	19.883,90

14 - RESERVA TÉCNICA:

Obs: Neste item inclui-se uma reserva para eventualidades

Reserva Técnica de 20 % sobre o sub-total (item 12)	212.477,69
-----------------------------------------------------	------------

15 - VALOR TOTAL

Somatória dos itens 12 e 14	1.274.866,17
-----------------------------	--------------

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI

DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
DEPARTAMENTO DE DEMARCAÇÃO

PLANILHA DE CUSTOS ESTIMADOS (ANEXO 04-R)

Execução: Licitação
Brasília, setembro/96

1 - OBJETIVO:

DEMARCAÇÃO DA T. I.....:	VALE DO JAVARI
LOCALIZAÇÃO..... :	ATALAIA DO NORTE, BENJ. CONSTANT E OUTROS - AM
SUPERFÍCIE..... :	8.457.000 ha
PERÍMETRO TOTAL..... :	2.140 km
ATO LEGAL..... :	-

2 - SERVIÇO TÉCNICO

POLIGONAL COM LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO.....	555 km
DIGITALIZAÇÃO DE LIMITES NATURAIS.....	0 km
IMPLANTAÇÃO DE MARCOS GEODÉSICOS.....	32 unidade (s)
IMPLANTAÇÃO DE MARCOS DE POLIGONAÇÃO.....	557 unidade (s)
COLOCAÇÃO DE PLACAS INDICATIVAS.....	106 unidade (s)

3 - MOBILIZAÇÃO:

item	Discriminação	Valor (R\$)
1	CUSTO COM A MOBILIZAÇÃO	19.883,90

Obs: Custo com mobilização estimado levando-se em conta deslocamento a partir de Brasília

4 - VALOR TOTAL:

item	Etapas	Valor (R\$)
1	Materialização	860.558,89
2	Rastreamento	155.040,09
3	Cálculos e Trabalhos de Gabinete	7.021,69
5	Desmobilização (igual ao valor da mobilização)	19.883,90
VALOR TOTAL		1.042.504,57

5 - VALOR GLOBAL:

item	Discriminação	Valor (R\$)
1	SOMATÓRIA DOS ITENS 3 E 4	1.062.388,47

6 - VALOR MÉDIO POR ETAPAS:

Item	Etapas	Unidade	Quant.	Valores (R\$)	Média (R\$)
1	Materialização	km	555,00	860.558,89	1.550,56
2	Rastreamento	ponto	32	155.040,09	4.845,00
3	Cálculos	vb	-	7.021,69	7.021,69
4	Mobilização	vb	-	19.883,90	19.883,90
5	Desmobilização	vb	-	19.883,90	19.883,90



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
DEPARTAMENTO DE ÍNDIOS ISOLADOS

DEPARTAMENTO DE ÍNDIOS ISOLADOS - DEII

SUGESTÕES E OBSERVAÇÕES SOBRE A DEMARCAÇÃO DA

TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Por ocasião do Encontro promovido pelo PPG-7 em Manaus nos dias 29 de setembro a 01 de outubro de 1998, o Departamento de Índios Isolados apresenta para consideração do plenário as sugestões e observações que se seguem:

A existência de grupos indígenas isolados e o histórico de conflitos desses mesmos grupos com segmentos da sociedade nacional e com as demais etnias que habitam a Terra Indígena VALE DO JAVARI, determinam que providências cautelares sejam efetivadas na demarcação da Terra Indígena. Estas considerações objetivam evitar possíveis conflitos com índios isolados e a paralisação dos trabalhos de demarcação que, se ocorrer, terá sérias conseqüências para a sua retomada, criando ainda oportunidades para que setores políticos e interesses econômicos contrários a demarcação, ganhem fôlego e ânimo.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
DEPARTAMENTO DE ÍNDIOS ISOLADOS

O DEII dispõe de informações sobre a existência de cinco grupos isolados mas não sabemos a extensão do território ocupado por cada grupo. Sem confirmação, diz-se da presença de sete grupos isolados. De forma que, a penetração nestes territórios pode conter surpresas desagradáveis. De acordo com nossos conhecimentos atuais, as regiões mais propícias para conflitos com índios isolados são:

- 1º) Entre os pontos 14 a 19 (média periculosidade)
- 2º) Entre os pontos 28 a 38 (média periculosidade)
- 3º) Entre os pontos 39 a 66 (alta periculosidade)

Objetivando que a demarcação da Terra Indígena VALE DO JAVARI seja iniciada e concluída sem maiores percalços e tendo em vista a segurança dos índios isolados e das equipes de demarcação, o DEII sugere as seguintes providências:

- a) Que cada equipe de demarcação contenha duas pessoas indicadas pelo DEII, com conhecimento e experiência das questões concernentes a índios isolados;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
DEPARTAMENTO DE ÍNDIOS ISOLADOS

- b) Que seja confeccionado pelo DEII normas de conduta e segurança para todos os membros das equipes;
- c) Que na divisa SUL sejam abertas somente as clareiras para acomodarem os pontos geodésicos, sem ligação terrestre (abertura de picadas e colocação de marcos), entre as mesmas;
- d) Que os pontos geodésicos da divisa SUL (entre 39 e 66), sejam reduzidos dos atuais 11 pontos, ao mínimo possível, ampliando-se os segmentos de retas;
- e) Que o acesso aos pontos geodésicos da divisa SUL sejam alcançados por helicóptero, descida em rapel, abertura de clareira, determinação do ponto e concretagem do marco;
- f) Que seja organizada uma logística eficiente para diminuir a permanência da equipe no mesmo local;
- g) Solicitamos atenção para o que julgamos um pequeno engano na elaboração da carta da FUNAI. Parece que trocaram o nome do rio na divisa SUL, entre os marcos 38 e 39. Pensamos que o correto seja JUTAIZINHO e não JURUAZINHO. Enganos como estes já foram causa de grandes problemas;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
DEPARTAMENTO DE ÍNDIOS ISOLADOS

- h) Que nas divisas compreendidas entre os pontos 14 a 19 e 28 a 38 as equipes de demarcação sejam acompanhadas por servidores do DEII;
- i) Por uma questão de custos, o DEII sugere que o limite OESTE, ao longo do rio JAQUIRANA, por ser divisa internacional, seja aproveitado - se possível - os pontos geodésicos da Comissão de Fronteiras, vez que a carta elaborada pela FUNAI sugere que será digitalizado;
- j) A ponta de terra formada pelos marcos de n°s 17, 18, 19 e limitada pelo rio Quixito ao NORTE e Itacoai a LESTE, tem sido visitada constantemente pelo grupo indígena KORUBO. Prevemos que mesmo após a demarcação, permaneçam sobressaltos na população ribeirinha pelas visitas que os KORUBO efetuam na referida região. Julgamos conveniente discutir melhor a questão;
- k) A Frente de Contato pode apoiar os trabalhos de demarcação, acompanhando as equipes, devendo manter sua logística de transporte e comunicação. Os custos deste apoio, se efetivado, poderão ser repassados a empresa vencedora da licitação. A Frente poderia então ser encarregada das questões ligadas a segurança dos índios isolados e das equipes de demarcação;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
DEPARTAMENTO DE ÍNDIOS ISOLADOS

- 1) O CIVAJA pretende montar um Posto de Vigilância no rio CURUÇA. É uma medida que deve ser apoiada pela FUNAI e pelo PPG-7 que inclusive dispõe de recurso para vigilância de Terra Indígena.

As sugestões aqui apresentadas, principalmente no que diz respeito a divisa SUL, poderão propiciar substancial economia financeira e evitar conflitos.

Prosseguindo com o interesse do DEII de que a demarcação da Terra Indígena VALE DO JAVARI seja realizada sem maiores problemas futuros (principalmente legais), e, considerando que esta reunião não tem poder de alterar os limites já reconhecidos pela Presidência da FUNAI no seu Despacho n° 30, de 26 de maio de 1998, recordamos a necessidade de que as proposições de alteração dos limites sejam encaminhadas ao Coordenador do GT - Sr. Walter Coutinho Júnior, instituído por ato da Presidência da FUNAI - Portarias 174/PRES/95 e 158/PRES/96, que juntamente com a Diretoria de Assuntos Fundiários é a instância legal para conduzir as modificações perante a Presidência da FUNAI.

Por isso mesmo, o DEII não compreende a ausência do Coordenador do GT neste Encontro, figura central do processo de identificação e conseqüentemente para as possíveis alterações.

Manaus, 30/SET/98

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
ESAI-AM

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DE 1998

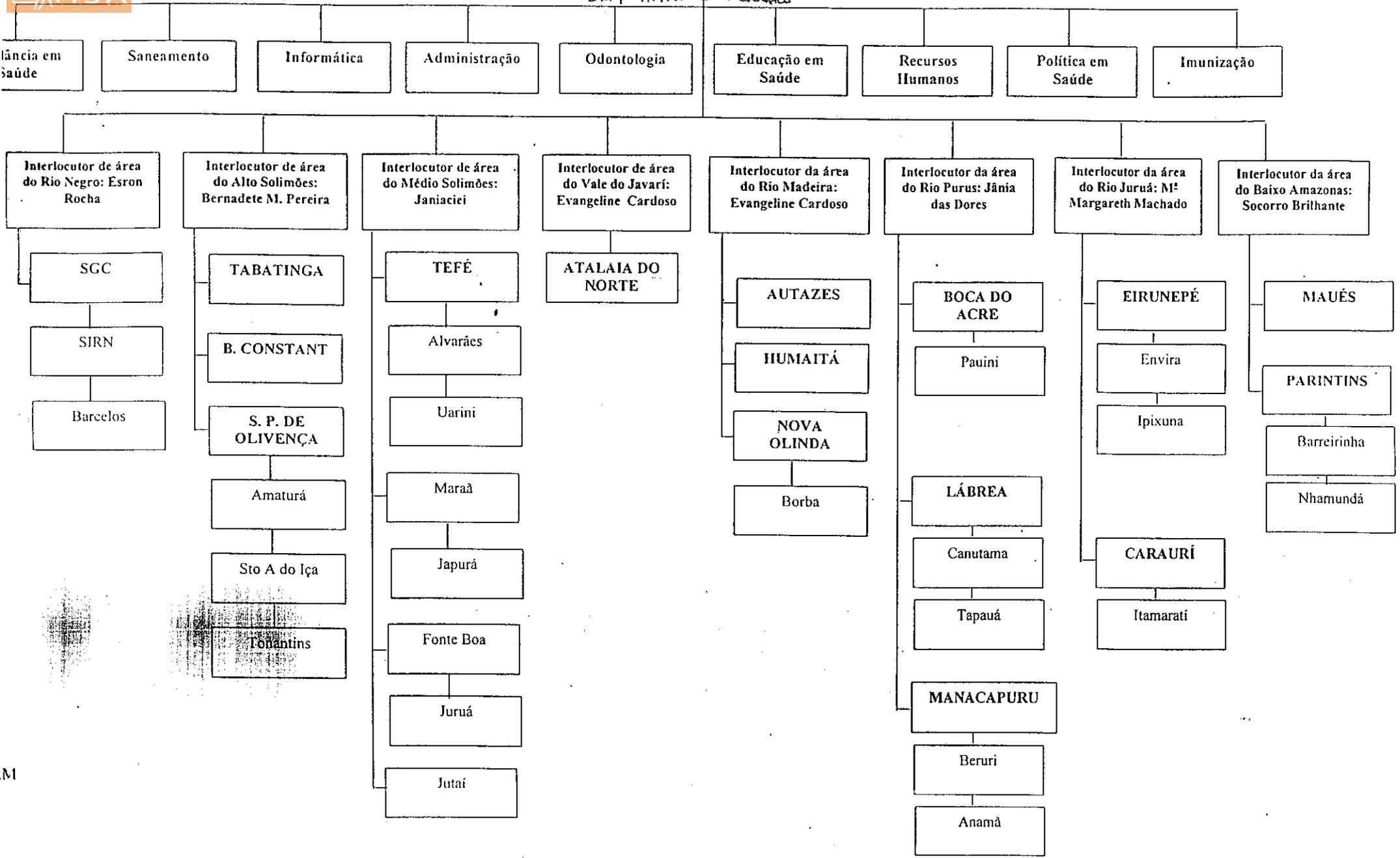
ÁREA DO VALE DO JAVARÍ

MUNICÍPIOS: - ATALAIA DO NORTE

ATIVIDADES	MESES											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CONTROLE DE ENDEMIAS E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA												
Sorriação Intradomuciliar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Termonebulização (apenas nos meses que antecedem o pico)		X		X	X							
Acompanhamento e supervisão dos AIS microscopistas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Entomologia		X										
RECURSOS HUMANOS												
Treinamento de AIS												X
Treinamento em serviço nas aldeias		X	X									
Supervisão e acompanhamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Treinamento de enferm. p/ funcionários das inst. locais							X					
Seminário sobre questões étnico-culturais							X					
Censo Etnográfico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
IMUNIZAÇÃO												
Multivacinação nas aldeias do Médio Javari	X		X		X			X		X		
Multivacinação nas aldeias do Ig. Jaquirana	X		X					X		X		
Multivacinação nas aldeias do Rio Itui		X	X					X		X		
Multivacinação nas aldeias do Rio Curuça	X		X					X		X		
Multivacinação nas aldeias do Rio Itaqui	X		X					X		X		
ASSISTÊNCIA MÉDICO-DONTOLÓGICA												
Atendimento médico nas aldeias		X	X									
Execução de ações preventivas em Odontologia			X					X		X		
Atendimento odontológico nas aldeias												
Ex. Clínico em 10% da população para diagnóstico da área								X				

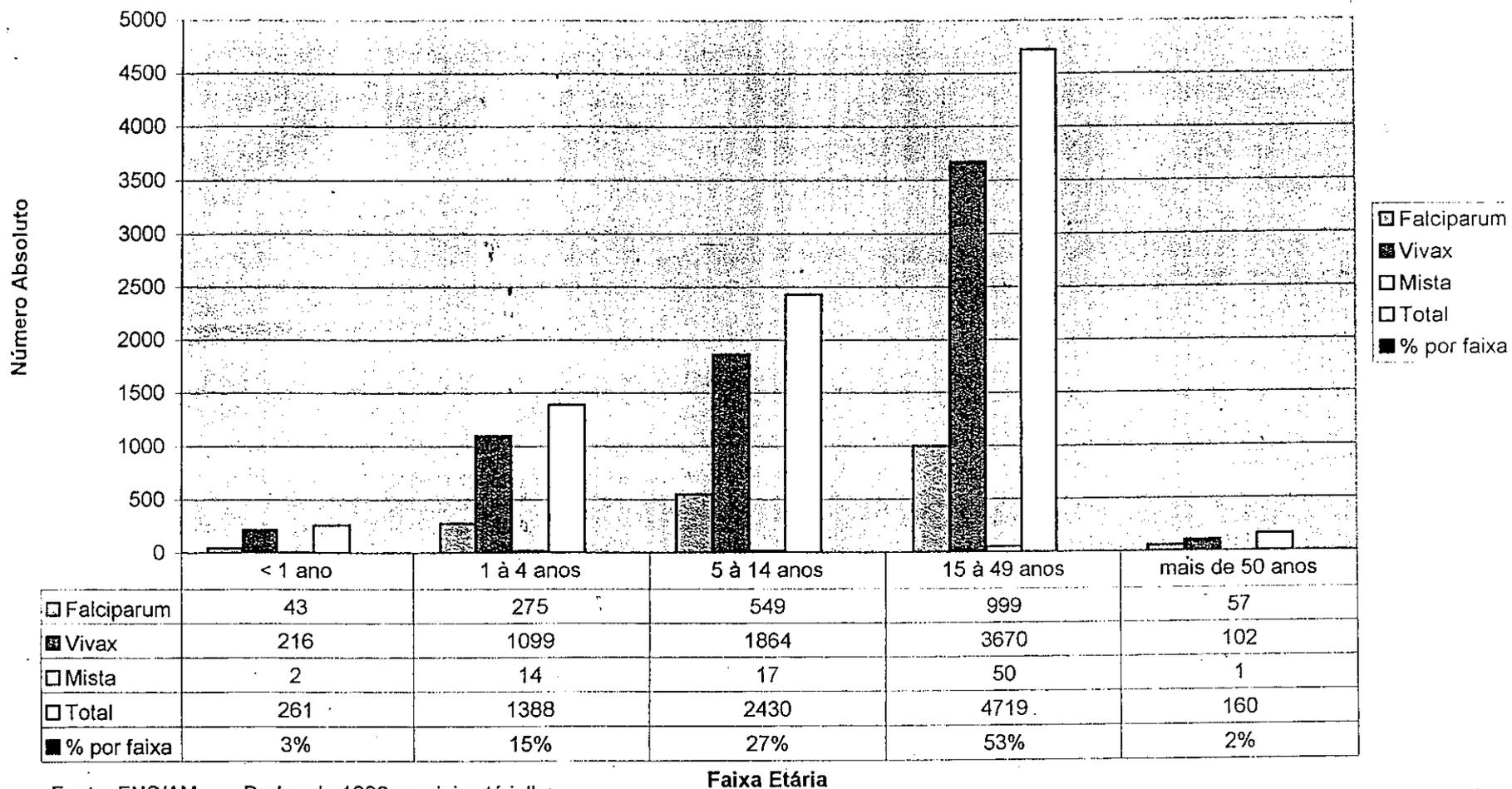
LEGENDA: X Atividade Programada

Atividade realizada



M

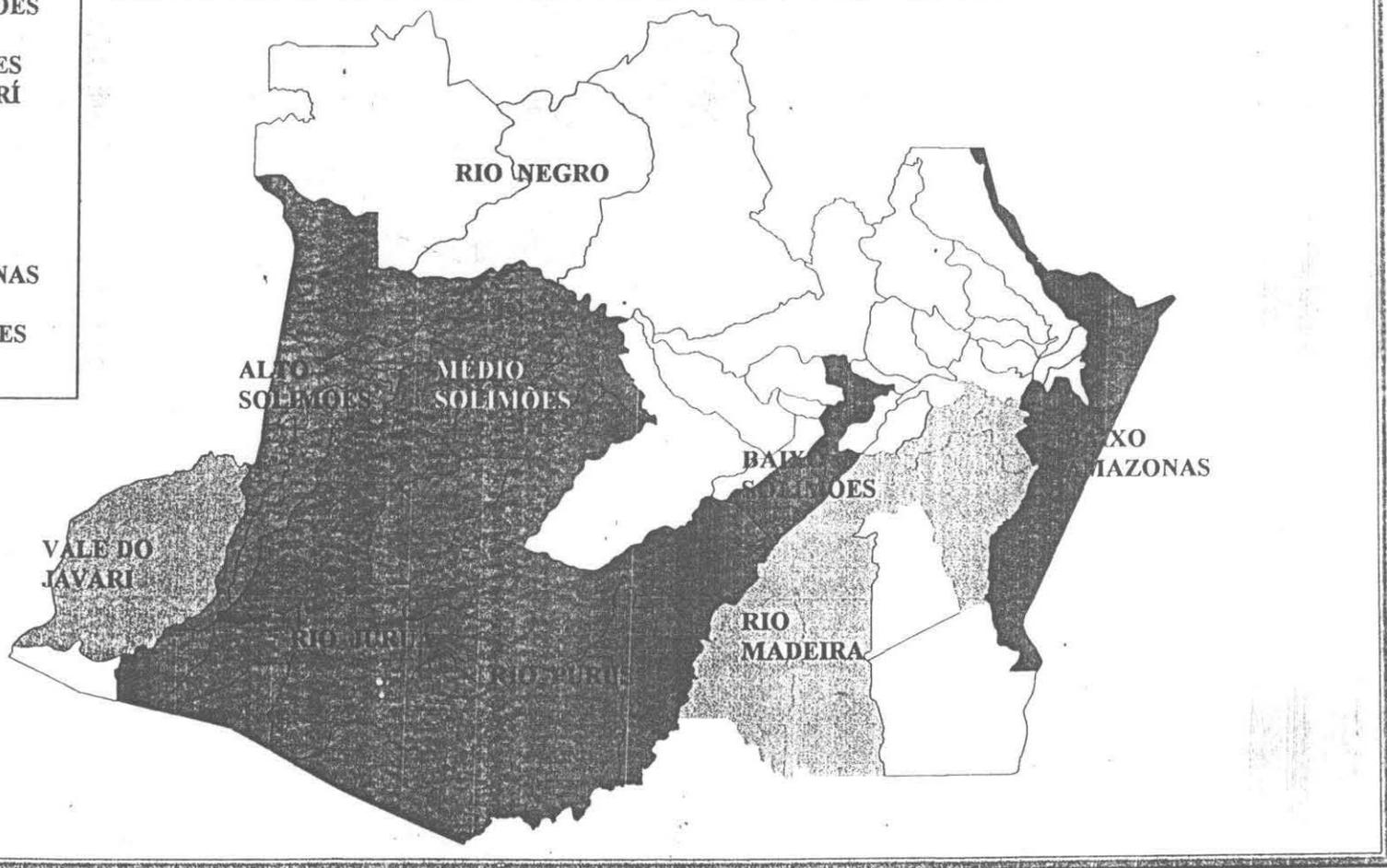
Epidemiologia da malária na população indígena Amazonas 1998



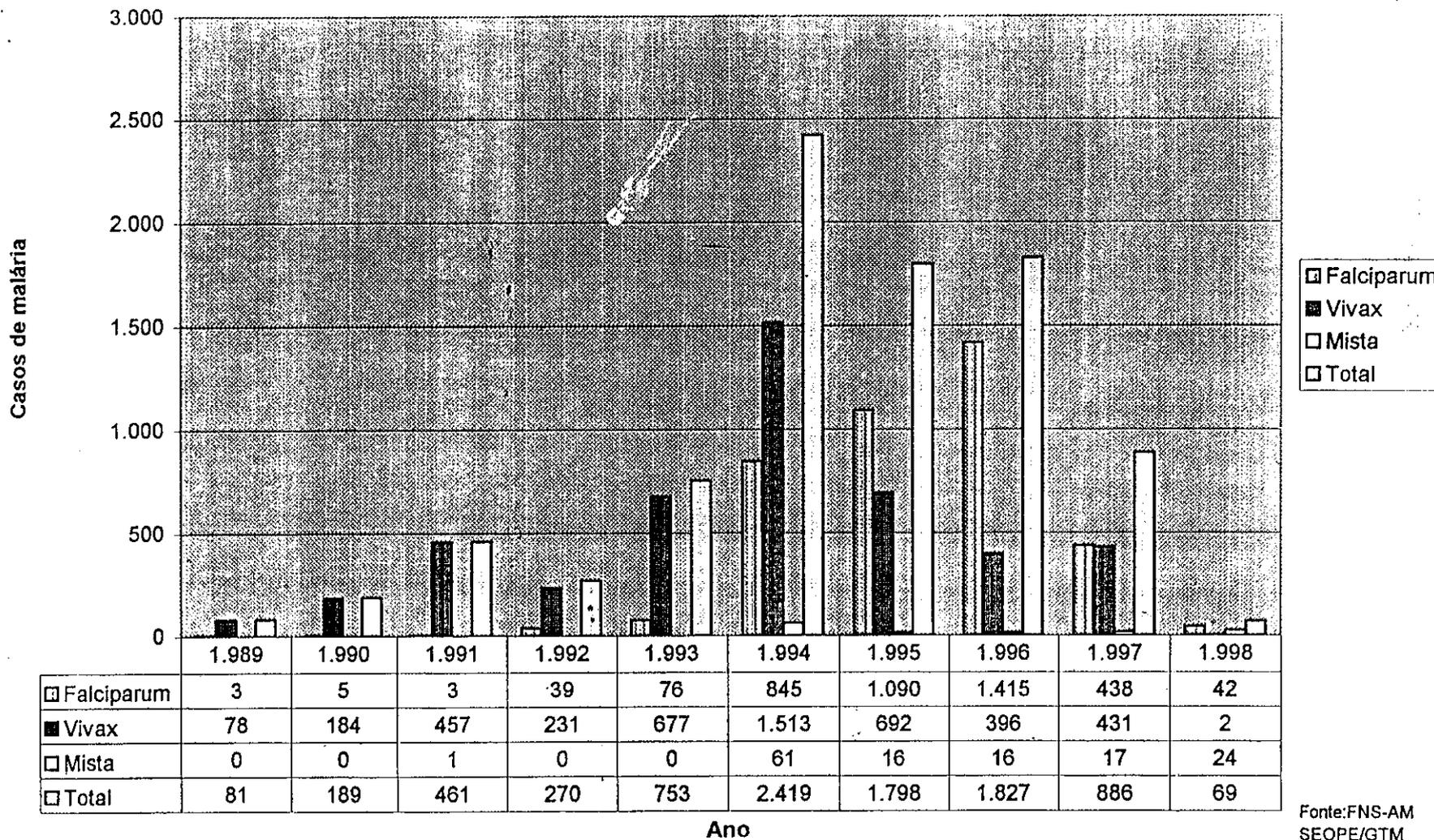
Fonte: FNS/AM Dados de 1998 parciais até julho

Faixa Etária

- ÁREAS INDÍGENAS**
- RIO NEGRO
 - MÉDIO SOLIMÕES
 - ALTO SOLIMÕES
 - ▨ VALE DO JAVARÍ
 - RIO JURUÁ
 - RIO PURUS
 - ▨ RIO MADEIRA
 - BAIXO AMAZONAS
 - BAIXO SOLIMÕES

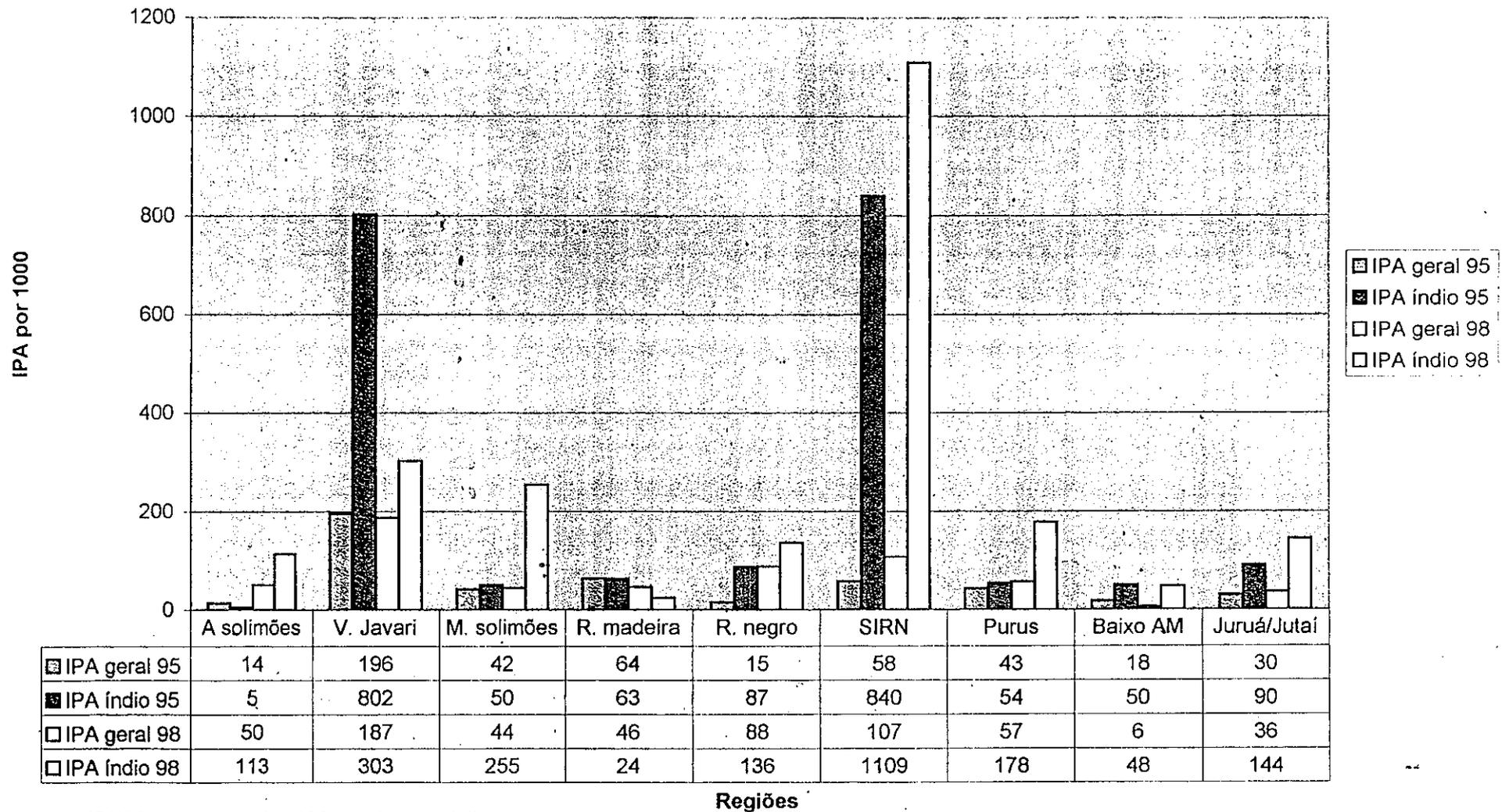


Epidemiologia da malária Atalaia do Norte



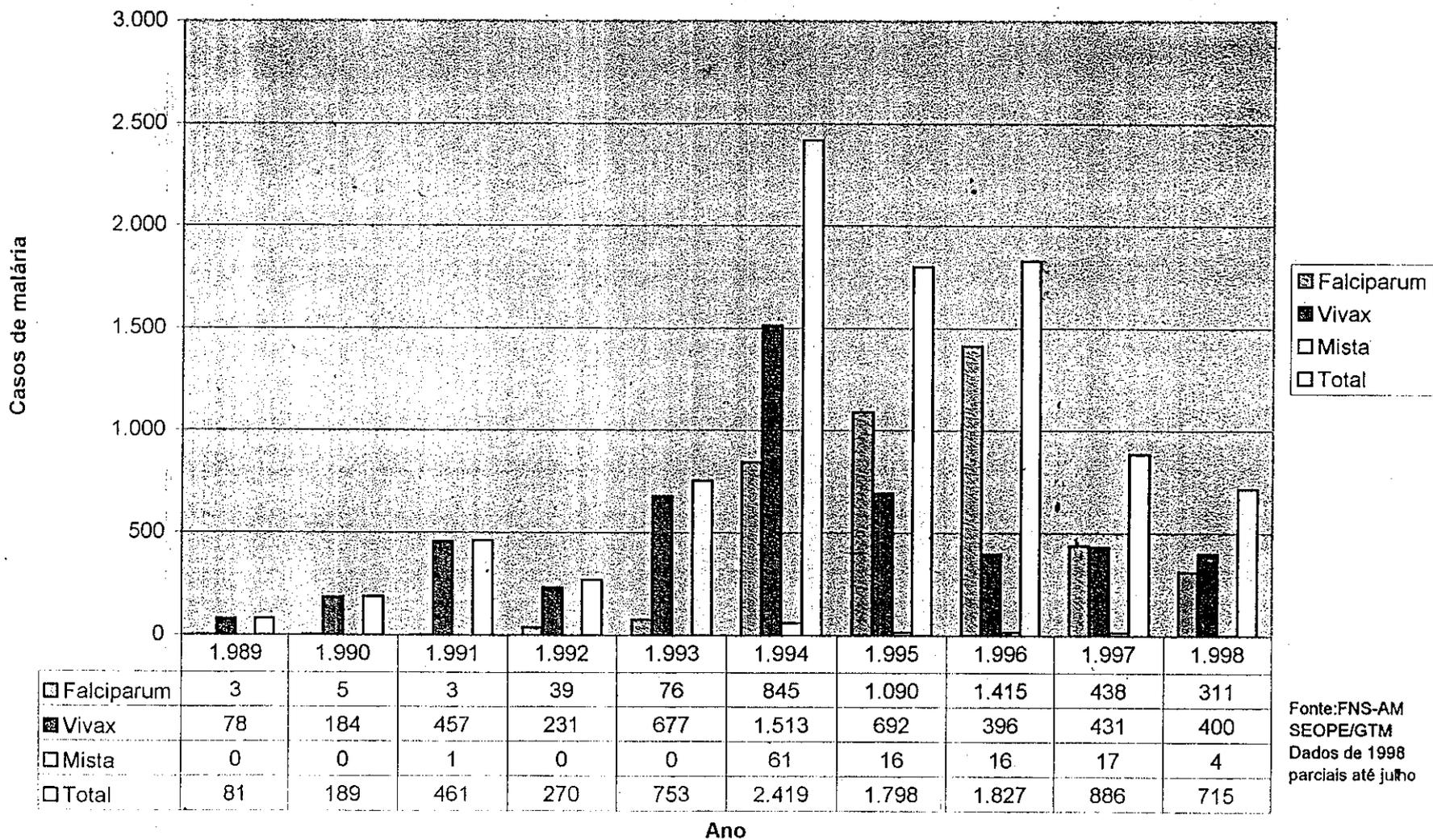
Fonte: FNS-AM
SEOE/GTM

Epidemiologia da malária no Amazonas



Fonte: FNS/AM Dados de 1998 parciais até julho

Epidemiologia da malária Atalaia do Norte



Fonte: FNS-AM
SEOPE/GTM
Dados de 1998
parciais até julho

Epidemiologia da malária no Amazonas População indígena

